



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DO DIA 15 DE JUNHO DE 2026

Presidente

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Deputados

Hélder Herculano Pimentel Medeiros

Mariana Oliveira Martins

Pedro Henrique Soares Correia

Edna Maria Lima Moniz

Zilda Maria Alves Teixeira

João Paulo Furtado Medeiros

Mariana Ferreira Salema

Maria da Conceição Frias Santos

Gui Fraião Alves Pinto da Costa

Carlos Eduardo Melo Braga

Bruno Miguel Arruda Machado

Rodrigo da Costa Correia

Carolina Pimentel Pacheco

Maria Rita Cabral Rodrigues

Nuno Miguel Amador da Costa Paiva

Carlos Fernando Simas Monteiro

Daniela da Cunha

Luís Filipe Marques Soares Gomes

Bruno Gonçalo da Ponte Paiva

Rui Simas Santos

Nélio Santos da Conceição Saldanha

Gualter Manuel Andrade Rainha

André Filipe Vicente Mansinho

Octávio José Raposo Andrade

Maria Beatriz Molina Mendes de Sousa

Pereira

Secretários

Carolina Pimentel Pacheco

Maria Rita Cabral Rodrigues



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE JUNHO DE 2026

ÍNDICE

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

REGISTO DE PRESENÇAS

APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM - I N.º 74/2026 - INFORMAÇÃO - RELATÓRIO SOBRE ATIVIDADE MUNICIPAL CAMARÁRIA E RELATÓRIO FINANCEIRO

PONTO DOIS - I N.º 54/2026 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - DESIGNAÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO PARA O CONSELHO CONSULTIVO DA UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SÃO MIGUEL (USISM)

PONTO TRÊS - I N.º 58/2026 - INFORMAÇÃO - SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - EMPRESAS MUNICIPAIS - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2025

PONTO QUATRO - I N.º 62/2026 - INFORMAÇÃO - SECTOR EMPRESARIAL LOCAL EMPRESAS MUNICIPAIS - RELATÓRIO DE CONTAS DE GESTÃO E CONTAS DE 2025 - (MARINA DA VILA - INDÚSTRIA DE MARINAS E RECREIO, EM.)

PONTO CINCO - I N.º 55/2026 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO PONTUAL AO MAPA DE PESSOAL - CRIAÇÃO DE POSTO DE TRABALHO

PONTO SEIS - I N.º 47/2026 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - APROVAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DE 2025

PONTO SETE - I N.º 68/2026 - INFORMAÇÃO - RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO TRIMESTRAL DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DO CAMPO - 1.º TRIMESTRE DE 2026



REGISTO DE PRESENÇAS

Foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes desse órgão com exceção dos seguintes deputados municipais, Teresina de Fátima Garça Carreiro Teixeira, Amélia de Jesus da Paz Pacheco de Sousa e Alexandre Alberto Andrade Duarte, ausentes por motivo justificado e que se fizeram representar pelos deputados municipais Pedro Henrique Soares Correia, Maria Beatriz Molina Mendes de Sousa Pereira e Edna Maria Lima Moniz.-----

A Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira das Tainhas, fez-se representar pelo Tesoureiro, senhor Gualter Manuel Andrade Rainha. A presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, não esteve presente por motivo justificado e não se fez representar. -----

Assistiram à reunião a Presidente da Câmara Municipal, Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo, o Vice-Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel de Melo Pimentel e os vereadores municipais Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro, José Eduardo Costa, Arménio Maurino Correia Jardim e Sara Maria Couto Botelho. Por motivo justificado, a vereadora Maria Eugénia Pimentel Leal, não esteve presente. -----

APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR

O Presidente da Assembleia Municipal questionou sobre intervenções, não havendo, procedeu-se à eleição da aprovação da ata da sessão anterior que foi aprovada por maioria. -----

VOTO DE LOUVOR

Apresentado pela senhora secretária Carolina Pimentel Pacheco:

Autonomia da Freguesia da Ribeira Seca

“No panorama histórico do concelho de Vila Franca do Campo, evocar a autonomia da freguesia da Ribeira Seca, é celebrar a resiliência e a identidade de uma comunidade singular. O diploma que decretou a criação desta freguesia não foi um mero ato de reconfiguração administrativa, constituiu, fundamentalmente, o reconhecimento solene da maturidade civil, cultural e social de um povo que há muito reclamava o seu lugar de direito. -----

Assinalar as Bodas de Prata da autonomia administrativa da Ribeira Seca, é celebrar um dos capítulos mais marcantes da história contemporânea do concelho de Vila Franca do Campo. Passados 25 anos desde o momento em que a Assembleia Legislativa da Região



*Autónoma dos Açores decretou a sua elevação à categoria de freguesia em 2002, esta data convoca-nos a enaltecer o presente e a projetar o futuro com profunda confiança. -----
A Ribeira Seca, outrora unida à matriz histórica de São Miguel, transporta na sua génese a resiliência e a dignidade do Povo açoriano. Erguida com o suor de sucessivas gerações, que tiram o sustento da generosidade da terra e da imensidão do mar, esta comunidade moldou uma identidade cultural inconfundível. -----
No plano das tradições, a alma do povo da Ribeira Seca manifesta-se com particular vigor na profunda devoção religiosa e no dinamismo do seu tecido associativo. Falar da Ribeira Seca é evocar o orgulho com que se salvaguarda o culto ancestral ao Divino Espírito Santo e as grandiosas festividades da Santíssima Trindade, símbolos vivos de partilha, fraternidade e coesão comunitária que unem vizinhos e acolhem visitantes. -----
Ao longo deste quarto de século, a aproximação, a aproximação do poder local aos cidadãos demonstrou ser o verdadeiro motor do desenvolvimento da localidade. A autonomia administrativa permitiu potenciar as infraestruturas, valorizar o património imaterial e cimentar o espírito de um povo que orgulhoso das suas raízes, nunca parou de evoluir e contribuir para a riqueza económica e social do concelho. Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo vem propor o Voto de Louvor ao 25.º aniversário da elevação da Freguesia da Ribeira Seca a freguesia.” -----*

Após o voto de louvor apresentado pela Senhora Secretária Carolina Pimentel Pacheco, a Senhora Deputada Municipal, Mariana Salema interveio para referir que os deputados municipais do Partido Social Democrata se associavam a este voto. Salientou que se trata do início das comemorações dos 25 anos da freguesia, na prática só em 2027 serão celebrados. Contudo tendo em consideração a Sessão Solene, recentemente realizada, o voto de louvor apresentado fazia todo o sentido. -----

Colocado a votação, o voto de louvor foi aprovado por unanimidade. -----

VOTOS DE CONGRATULAÇÃO

Passou-se a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, Senhor Luís Gomes que apresentou o seguinte Voto de Congratulação. -----

Agrupamento 436 de Vila Franca do Campo

*“O Agrupamento 436 de Vila Franca do Campo, pertence ao Corpo Nacional de Escutas (CNE) e plenamente integrado no movimento escutista global, tem por finalidade primordial a educação integral da juventude. A sua ação visa contribuir para o desenvolvimento harmonioso dos jovens, auxiliando-os na plena realização do seu carácter e das suas potencialidades afetivas, físicas, intelectuais, sociais e espirituais, capacitando-os como indivíduos cristãos, cidadãos e responsáveis e membros ativos da comunidade. -----
A Missão do Escutismo consiste em contribuir para a educação dos jovens com base num*



sistema de valores enunciado na Lei e na Promessa Escutista, colaborando ativamente na construção de um mundo melhor, onde as pessoas se sintam plenamente realizadas e desempenhem um papel construtivo na sociedade. -----

Este desígnio é alcançado através da: -----
Educação Não-Formal: Pelo envolvimento contínuo dos jovens, ao longo do seu percurso formativo, num processo de aprendizagem não formal; -----

Método Escutista: Pela aplicação de um método original, no qual cada indivíduo se assume como o principal agente do seu próprio desenvolvimento, com o intuito de se tornar uma pessoa autónoma, solidária, responsável e comprometida; -----

Sistema de Valores: Pelo auxílio prestado aos jovens na definição de um quadro de valores assente em princípios espirituais, sociais e pessoais, expressos na Promessa e na Lei Escutistas. -----

-- História do Agrupamento 436 -----

A génese do escutismo em Vila Franca do Campo remonta ao ano de 1973, impulsionada pelos seus membros fundadores: o Prior António Jacinto de Medeiros e as professoras Maria da Glória Carreiro e Maria de Lourdes Ramalho. -----

As primeiras promessas celebraram-se a 7 de maio de 1975. -----

Posteriormente, a 1 de junho de 1976, O Agrupamento 436 foi formalmente filiado no Corpo Nacional de Escutas, tendo como patrono São Miguel Arcanjo. -----

De acordo com a Ordem de Serviço Nacional número 352 e 1 de junho de 1976, as secções iniciais foram assim constituídas: -----

A 1.ª Secção (Lobitos): Tendo como patrono São Nuno de Santa Maria (Nuno Álvares Pereira); -----

A 2.ª Secção. (Exploradores): Tendo como patrono Nossa Senhora da Paz. -----

As restantes secções foram formalmente integradas a 31 de maio de 1983, ao abrigo da Ordem de Serviço Nacional n.º 393, estabelecendo-se os respetivos patronos: -----

A 3.ª Secção (Pioneiros): São João Paulo II; -----

A 4.ª Secção (Caminheiros): São São João Bosco. -----

A equipa fundadora da Direção do Agrupamento foi composta pelo Chefe do Agrupamento, José Cabral, pelo Assistente do Agrupamento, Prior António Jacinto de Medeiros e pelas dirigentes Maria de Lurdes Ramalho e Maria da Glória Carreiro.

Cronologia de Chefias do Agrupamento -----

José Cabral - 1976 -1980; -----

Silvino Inácio Machado – 1980 – 1993; -----

António Alberto Rocha Dias - 1993 – 2004; -----

Joseph Louis Medeiros - 2004 – 2005; -----

Gonçalo Patrício Fontes Dias - 2005 – 2010; -----

Ana Paula Câmara Frias - 2010 – 2015; -----

Cláudio Alberto Botelho Borges - 2015 - 2024.; -----

Sara Maria Nunes Arraial – 2024 – Presente (Atual Chefe de Agrupamento). -----

Cronologia de Assistentes de Agrupamento -----

Padre António Jacinto de Medeiros - 1976 – 2000; -----

- Padre António José Pimentel Cassiano -2000 – 2008;

Padre José Alfredo Torres Borges - 2008 - Presente (Atual Assistente). -----



Em justo reconhecimento do empenho e da dedicação de todos quantos integraram e integram este percurso de cinco décadas de serviço e entrega voluntária ao movimento escutista e à comunidade, proponho a aprovação de um formal Voto de Congratulação ao Agrupamento 436 de Vila Franca do Campo, pela celebração das suas Bodas de Ouro. --- Ao assinalar esta efeméride de extraordinária relevância histórica e social manifesto o firme voto de que esta prestigiada instituição continue a perpetuar o seu notável trabalho de formação cívica, humana e espiritual junto da infância e da juventude, honrando o seu nobre legado e continuando a inspirar as gerações vindouras.” -----

Passou-se a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Água d’Alto, Senhor Carlos Fernando Monteiro, que apresentou o seguinte Voto de Congratulação. -----

Pelos 50 anos do Agrupamento 436 de Vila Franca do Campo

“Assinalou-se, no dia 1 de julho de junho de 2026, o quinquagésimo aniversário do Agrupamento 436 de Vila Franca do Campo do Corpo Nacional de Escutas, data de extraordinário significado para a comunidade vila-franquense. -----

Ao longo de meio século de existência, o Agrupamento 436 tem sido um exemplo notável de dedicação, compromisso e serviço pautando a sua ação pela máxima escutista “Sempre Alerta para Servir”, que tão bem traduz a sua missão de formar cidadãos responsáveis, solidários e comprometidos com a comunidade. -----

Durante estas cinco décadas, centenas de crianças, jovens e dirigentes passaram pelas fileiras deste agrupamento, encontrando um escutismo, uma escola de vida onde aprenderam valores fundamentais como o respeito pelo próximo, a solidariedade, a responsabilidade, o espírito de equipa, entreajuda e o serviço desinteressado à comunidade. Muitos dos que hoje se encontram aqui presentes são testemunho vivo do impacto positivo que esta formação teve nas suas vidas pessoais, familiares e profissionais. -----

O escutismo constitui uma das mais relevantes formas de educação não formal, proporcionando experiências únicas de crescimento humano, social e cívico. Ensina a liderar e a servir, a respeitar a natureza, a valorizar o trabalho em equipa e a desenvolver um forte sentido de cidadania. Por isso, continua a ser plenamente atual a expressão tantas vezes repetida pelos escuteiros. “Uma vez escuteiro, para sempre escuteiro”, refletindo a marca indelével que os ensinamentos e vivências escutistas acompanham o indivíduo para toda a vida. -----

Importa igualmente recordar aqueles que, com visão e espírito de missão, tornaram a iniciativa de constituir este agrupamento. Entre os seus fundadores e primeiros responsáveis destacam-se o Professor José Cabral, como Chefe do Agrupamento, a Professora Maria de Luís Ramalho a Senhora Maria da Glória Carreiro e o Prior António Jacinto Medeiros, como Assistente do Agrupamento. Graças ao seu empenho e dedicação, foi possível lançar as bases de uma instituição que viria a desempenhar um papel marcante na formação de sucessivas gerações de vila-franquenses. -----

Ao longo destes cinquenta anos, apenas oito Chefes de Agrupamento deram continuidade



a este legado, circunstância reveladora da estabilidade da continuidade e da profunda dedicação que sempre caracterizaram a liderança do Agrupamento 436. ----- Também merece especial destaque o património constituído ao longo da sua história. Em 1985, através da doação de um terreno pela Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, localizado em Lagos, Água d'Alto, foi criado um parque de campismo destinado aos escuteiros. Mais tarde, em 1989, foi adquirido o imóvel urbano situado na Rua do Corpo Santo, que continua a ser a atual sede do agrupamento. Estes espaços tornaram-se locais de encontro, formação e fraternidade escutista, acolhendo ao longo dos anos milhares de escuteiros provenientes dos mais diversos quadrantes do mundo. ----- Neste momento de celebração, é justo reconhecer o papel desempenhado pelo Agrupamento 436 na promoção dos valores do escutismo, no fortalecimento do espírito comunitário e na formação integral de gerações de cidadãos que contribuíram e continuam a contribuir para o desenvolvimento de Vila Franca do Campo e da Região Autónoma dos Açores. ----- Assim, a bancada do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo aprove um Voto de Congratulação ao Agrupamento 436 do CNE, felicitando todos os seus dirigentes, caminheiros, pioneiros, exploradores, lobitos, antigos escuteiros, assistentes e colaboradores pelos seus 50 anos de serviço à juventude e à comunidade, expressando profundo reconhecimento pelo legado construído e votos das maiores felicidades para o futuro". -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a votação os dois Votos de Congratulação ao Agrupamento 436 de Vila Franca do Campo, tendo sido ambos aprovados por unanimidade. -----

Passou-se a palavra ao Deputado Municipal, Senhor Bruno Machado que apresentou o seguinte Voto de Congratulação. -----

Atleta Maria Vicente

“Em 2023 a Maria Vicente sagrou-se Campeã Nacional no Campeonato Nacional de Atletismo Adaptado em pista coberta, conquistando duas medalhas de ouro na prova de 60 metros e na prova de salto em comprimento no escalão de Síndrome de Dow e desde então tem somado vitórias em provas realizadas em diferentes partes do mundo. ----- Maria Vicente é utente do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo e integra a equipa de atletismo adaptado do Clube Desportivo de Santa Clara. ----- A participação e o excelente desempenho da Maria do Rosário Correia Vicente são também o resultado do trabalho realizado pelo Ajudante de Reabilitação, Bruno Cabral, que a acompanha, semanalmente, nos treinos e pela família que apoia a Maria em todos os seus projetos ligados ao desporto. ----- Agora chega a excelente notícia de que a Maria Vicente foi convocada para representar



Portugal no Campeonato do Mundo de Atletismo para Atletas com Síndrome de Down, a realizar de 15 a 18 de junho de 2026, em Sófia, na Bulgária. Maria Vicente será acompanhada pelo treinador Bruno Cabral que integrará a comitiva nacional e prestará apoio técnico à atleta ao longo da competição. -----

Maria Vicente é uma atleta com Síndrome de Down, é hoje um exemplo inspirador de superação, dedicação e talento, demonstrando que o desporto é um espaço de oportunidades, valorização das capacidades individuais e concretização de sonhos. -----

Felicitemos a Maria Vicente por esta chamada à Seleção Nacional e desejamos os maiores sucessos nesta representação internacional. -----

Dada a relevância do seu percurso desportivo, que culminou nesta convocatória para a Seleção Nacional, representando Portugal no mundo, as vereadoras do PSD propõem um voto de congratulação à atleta e ao seu treinador, assim como a atribuição, à Maria Vicente, e ao seu treinador de uma distinção Honorífica do Município, a definir em 2027.”

O Senhor Deputado Municipal, André Mansinho tomou a palavra para associar-se igualmente, às palavras proferidas pelo Senhor Deputado Municipal, Bruno Machado reforçando que a atleta Maria Vicente constitui um exemplo para todos os jovens e para a comunidade em geral. Destacou a sua capacidade de superação e a determinação demonstrada ao longo do seu percurso, salientando que não permite que as adversidades se coloquem no caminho dos seus objetivos e conquistas. -----

Colocado a votação, o voto de congratulação foi aprovado por unanimidade. -----

Passou-se a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, Senhor Luís Gomes que apresentou o seguinte Voto de Congratulação. -----

Atleta Maria Clara Teixeira Gomes

“Maria Clara Teixeira Gomes. Maria Clara Teixeira Gomes, nascida a 11 de dezembro de 2008, é natural da freguesia de São Miguel, no concelho de Vila Franca do Campo, onde fixou residência até agosto de 2024. Durante a sua infância, revelou desde cedo um forte espírito de integração comunitária, participando ativamente em diversas atividades recreativas e culturais locais, de onde se destacam os Escuteiros Marítimos, o Coro da Igreja de São Miguel e as Marchas das Escolinhas do Desporto. -----

Realizou o seu percurso escolar até ao 9.º ano na Escola Básica e Secundária Armando Côrtes Rodrigues, onde sempre registou pleno sucesso académico, distinguindo-se pela simpatia, civismo e respeito mútuo granjeados junto de colegas, funcionários e professores. -----

Em 2018, pela mão do treinador Jaime Domingos Rebelo, Pacheco de Lima (natural de Ponta Garça), ingressou no futsal no Clube Escolar de Vila Franca do Camp no escalão de Benjamins. O seu percurso desportivo inicial assumiu um carácter singular,



*competindo nos escalões masculinos até à categoria de Sub-17. Devido ao seu perfil exemplar de liderança, assumiu, por mérito próprio, as funções de Capitã de Equipa, papel que desempenhou de forma excecional e que lhe garantiu o profundo respeito de colegas, adversários e equipas de arbitragem. -----
Pelo Clube Escolar, somou mais de 250 jogos oficiais, alinhando em simultâneo, sempre que os regulamentos o permitiam, em dois escalões distintos por época. Evidenciando elevados índices de profissionalismo e compromisso, manteve uma média de assiduidade aos treinos e jogos oficiais próxima dos 100%. -----
O seu talento valeu-lhe frequentes chamadas para representar as seleções de futsal da Associação de Futebol de Ponta Delgada, tendo ainda integrado, a título excecional, a Seleção de Futebol que disputou o Torneio Interassociações Regional Sub14. -----
Fruto das suas brilhantes prestações no Torneio Interassociações Nacional de Sub17, com apenas 14 anos de idade recebeu a sua primeira convocatória para a Seleção Nacional Feminina de Sub15. Em dezembro de 2023, fez um estágio de observação no Sport Lisboa e Benfica, clube que manifestou imediato interesse na sua contratação, a qual se oficializou no final da época desportiva de 2023/2024, culminando na sua mudança para Lisboa em setembro de 2024. Já ao serviço do SL Benfica, na época 2024/2025, representou com distinção a Seleção da Associação de Futebol de Lisboa no Torneio Nacional Interassociações. Paralelamente, firmou o seu espaço internacional ao ser convocada para a Seleção Nacional de Sub-17 e para a comitiva lusa que representará Portugal nos Jogos Olímpicos da Juventude. -----
No seu palmarés constam já os títulos de Campeã Interdistrital de Sub-17 e Campeã Nacional de Sub-19. No decurso da corrente época desportiva de 2025/2026, mais precisamente a 7 de março de 2026, Maria Clara Teixeira Gomes assinalou a sua estreia oficial na equipa sénior feminina do Sport Lisboa e Benfica, um marco que atesta a sua extraordinária qualidade técnica e dedicação à modalidade, tendo-se sagrado, muito recentemente, Bicampeã Nacional de Sub-19. -----
É, por tudo isto, que propomos Voto Congratulação por ser um exemplo de sucesso desportivo e académico, sendo igualmente uma inspiração para todos as jovens do Concelho de Vila Franca do Campo". -----*

O Deputado Municipal, Senhor André Mansinho tomou a palavra referir que o Partido Socialista se associava, às palavras proferidas pelo Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, Senhor Luís Gomes, salientando que o sucesso desportivo dos jovens é importante. -----

Colocado a votação, o voto de congratulação foi aprovado por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Flávio Pacheco informou que se passaria à apreciação dos votos de Protesto, tendo questionado o plenário sobre a existência de algum voto a apresentar. Não tendo sido apresentada qualquer proposta, passou-se à apreciação de Recomendações e Moções. Não havendo Recomendações nem Moções a submeter, declarou encerrada esta fase dos trabalhos. -----



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE JUNHO DE 2026

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila e na Sede da Junta de Freguesia de Ponta Garça, reuniu, em sessão Ordinária, a Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Flávio Miguel da Ponte Pacheco, secretariado pela Senhora Carolina Pimentel Pacheco e pela Senhora Maria Rita Cabral Rodrigues, na qualidade de primeira secretária e de segunda secretária, respetivamente, da Mesa da Assembleia.-----

O Senhor Presidente declarou aberta a sessão era 14:30. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS:

De seguida, deu início à segunda fase do Período Antes da Ordem do Dia, destinada às intervenções dos Senhores Deputados Municipais relativamente à Administração Municipal. Recordou que cada Deputado Municipal dispunha de duas intervenções, com a duração máxima de três minutos cada, e questionou o plenário sobre a existência de inscrições para intervir. -----

A Senhora Deputada Municipal, Mariana Salema no uso da palavra incidiu a sua intervenção para abordar novamente a questão dos apartamentos destinados ao arrendamento apoiado, referindo que, embora o tema já tivesse sido amplamente debatido em reuniões anteriores da Assembleia Municipal, a problemática da habitação continuava a revestir-se de particular gravidade no concelho. Considerou que, apesar de não se tratar de uma matéria da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal, a habitação constitui uma questão que deve continuar a ser amplamente discutida pelos Deputados Municipais, defendendo igualmente a necessidade de o Executivo Camarário apresentar propostas concretas que contribuam para a sua resolução. -----

Começou por agradecer o facto de já terem sido publicadas as listas provisórias de atribuição das habitações, reconhecendo que a divulgação das mesmas gerou alguma contestação nas redes sociais, situação que afirmou ser expectável. Referiu que nunca será possível satisfazer todas as expectativas e salientou que não compete à Assembleia Municipal fiscalizar o processo de seleção, mas sim confiar no Executivo Camarário e no Júri constituído para esse efeito, cujos membros considerou possuírem a competência necessária para desempenhar essa função. -----

Solicitou, contudo, esclarecimentos à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Graça



Ventura Melo sobre a eventual existência de impugnações ou contestações formais, designadamente de natureza judicial, que pudessem impedir ou atrasar a publicação das listas definitivas, questionando igualmente sobre os prazos previstos para a sua divulgação. Salientou que muito se discute o tema nas redes sociais, mas que nem sempre essas manifestações se traduzem em procedimentos formais, considerando importante prestar esclarecimentos sobre esta matéria. -----

Prosseguindo a sua intervenção, referiu que lhe foram colocadas diversas questões por munícipes relacionadas com os critérios de adequação dos agregados familiares às tipologias disponibilizadas. Exemplificou com situações em que famílias com um filho surgiam classificadas em posição mais favorável relativamente a outras com um maior número de filhos, explicando que, de acordo com a interpretação que fez do regulamento, tal circunstância poderia resultar da necessidade de adequação do agregado às tipologias T2 e T3 disponíveis. Ainda assim, solicitou à Senhora Presidente Graça Ventura Melo que a corrigisse caso estivesse equivocada. -----

Destacou que existem famílias a viver em condições habitacionais particularmente difíceis e questionou se esses casos se encontram devidamente sinalizados pelos serviços municipais, observando que as pontuações atribuídas no concurso nem sempre refletem integralmente a gravidade das situações vividas pelos agregados familiares. -----

Referindo-se a futuros projetos de habitação, solicitou esclarecimentos sobre a necessidade de os candidatos voltarem a apresentar candidatura para novas habitações que venham a ser disponibilizadas ou se os mesmos permanecerão automaticamente sinalizados junto da Câmara Municipal. Pediu ainda uma atualização sobre os empreendimentos habitacionais em curso ou previstos para fins de arrendamento apoiado, de forma que os munícipes possam ter conhecimento das medidas que estão a ser desenvolvidas. -----

Abordou igualmente a situação dos jovens trabalhadores que não conseguiram acesso à habitação, quer através dos programas do Governo Regional, quer através das iniciativas Municipais. Referiu que esta realidade já era previsível, uma vez que os apartamentos em causa se encontram enquadrados no programa “1.º Direito”, cujos critérios de elegibilidade estabelecem limites de rendimento associados ao Indexante dos Apoios Sociais. Considerou que agregados em que ambos os elementos trabalham dificilmente conseguem reunir condições para beneficiar do referido programa, sublinhando que tais critérios decorrem da legislação aplicável e que ao Município e ao Júri apenas compete cumpri-los. Nesse sentido, apelou ao Executivo Camarário para que reflita sobre alternativas dirigidas a estes agregados familiares, que, apesar de auferirem rendimentos ligeiramente superiores ao salário mínimo, continuam a enfrentar sérias dificuldades no acesso à habitação, quer por não conseguirem obter financiamento bancário, quer pela ausência de outros apoios adequados. Defendeu igualmente a necessidade de reforçar a articulação com o Governo Regional e de melhorar a comunicação e os esclarecimentos prestados aos munícipes sobre estas matérias. -----

Concluiu, retomando a importância da definição de uma Estratégia Local de Habitação, recordando que o Município dispõe atualmente de informação estatística relevante e de dados recolhidos através do processo de candidatura em análise. Considerou que esses elementos deverão ser devidamente estudados pelo Executivo Camarário, solicitando que sejam apresentados à Assembleia Municipal dados concretos e propostas de políticas de



habitação capazes de responder às necessidades identificadas no concelho. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Flávio Pacheco concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Graça Ventura Melo que agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Municipal Mariana Salema, referindo que a questão da habitação e, em particular, o concurso para atribuição das habitações municipais, tem sido amplamente debatida, quer nos órgãos autárquicos, quer nas redes sociais. -----

Salientou que, das 230 (duzentas e trinta), candidaturas apresentadas, apenas 30 (trinta), foram aprovadas, o que significa que cerca de 200 (duzentas), famílias não obtiveram colocação, situação que naturalmente gera descontentamento. Acrescentou que esta é uma realidade transversal a diversos concelhos, os quais enfrentam dificuldades semelhantes no acesso à habitação. Reiterou, contudo, que a habitação continua a constituir uma das prioridades do Executivo Municipal. -----

Relativamente à situação dos jovens casais trabalhadores, com rendimentos provenientes de dois salários, reconheceu a necessidade de encontrar soluções adequadas para este grupo da população. Considerou que uma das respostas poderá passar pela promoção da autoconstrução, em vez de modelos de habitação idênticos aos implementados no empreendimento do Pão do Vigário. -----

Recordou que o programa de procedimento do concurso foi previamente aprovado e publicitado, encontrando-se acessível a todos os interessados, quer através dos meios de divulgação utilizados, quer através da Câmara Municipal. -----

Quanto às eventuais impugnações do concurso, informou não ter conhecimento da existência de qualquer ação judicial relacionada com o processo. Esclareceu que os contactos e reclamações recebidos correspondem essencialmente a pedidos de esclarecimento, os quais estão a ser analisados pela comissão de avaliação e pelo júri responsável pelo concurso. Acrescentou que, devido ao número significativo de exposições recebidas, as respetivas respostas serão prestadas logo que possível. -----

No que respeita à adequação dos agregados familiares às tipologias habitacionais disponíveis, confirmou que a atribuição das habitações obedece aos critérios definidos no regulamento, não sendo possível, por exemplo, atribuir uma habitação de tipologia T2 a um agregado familiar composto por cinco filhos, devendo existir correspondência entre a tipologia e a composição do agregado. -----

Referiu ainda que toda a informação recolhida no âmbito das candidaturas assume elevada relevância para o trabalho futuro do Município na área da ação social e da habitação. Sublinhou que os processos já analisados constituem uma base importante de informação, permitindo uma melhor identificação das necessidades habitacionais existentes no concelho. Acrescentou que estas famílias serão consideradas em futuras respostas habitacionais que venham a ser desenvolvidas. -----

Informou igualmente que o Município se encontra a desenvolver diligências e contactos com vista à aquisição de terrenos, salientando que a aquisição direta de habitações se revela atualmente muito onerosa. Nesse sentido, esclareceu que a estratégia municipal passará,



numa primeira fase, pela aquisição de terrenos destinados à autoconstrução, solução que considera permitir abranger um maior número de famílias e de jovens casais que atualmente enfrentam dificuldades no acesso à habitação. Concluiu afirmando que o objetivo do Município é contribuir para que estas famílias possam beneficiar de uma habitação condigna e adequada às suas necessidades. -----

O Senhor Deputado Municipal, André Mansinho no uso da palavra congratulou a Senhora Deputada Mariana Salema pela sua intervenção sobre a temática da habitação, referindo partilhar, em termos gerais, da posição expressa. -----

Considerou que a habitação é uma questão que tem assumido crescente relevância a nível local, municipal e nacional, sobretudo nos últimos anos. Referiu ser natural que muitos cidadãos se sintam insatisfeitos e, em alguns casos, indignados perante a insuficiência ou limitação das respostas disponibilizadas pelas entidades públicas, nomeadamente pelas Autarquias Locais e pelo Governo Regional dos Açores. -----

Salientou que as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais são as entidades que mantêm maior proximidade com a população e, por esse motivo, são frequentemente os primeiros organismos aos quais os munícipes recorrem em busca de apoio e de soluções para os seus problemas habitacionais. -----

Destacou, como sinal do reconhecimento da importância desta problemática por parte da Câmara Municipal, a segunda revisão orçamental aprovada na última Sessão da Assembleia Municipal, (21.04.2026), a qual já contemplava a intenção de aquisição de terrenos destinados, eventualmente, à promoção de projetos de autoconstrução. -----

Referiu ainda conhecer a realidade habitacional em causa por experiência própria, uma vez que também não dispõe de habitação própria e tem procurado informação e apoio junto dos programas disponibilizados pelo Governo Regional dos Açores com vista à obtenção de uma solução habitacional. Contudo, observou que subsistem dificuldades associadas a esses apoios, nomeadamente no que respeita às taxas de esforço exigidas e à necessidade de dispor de capitais próprios para suportar a entrada inicial necessária ao acesso aos programas existentes. -----

Acrescentou ainda que o elevado custo da construção civil, verificado em Vila Franca do Campo e no restante território da ilha de São Miguel, constitui igualmente um fator que dificulta o acesso à habitação por parte da população, em especial dos jovens. -----

Concluiu sublinhando a importância de continuar a debater e a acompanhar esta matéria, considerando que o tema da habitação deve permanecer entre as prioridades do Município. Manifestou o entendimento de que a Câmara Municipal tem demonstrado atenção a esta problemática, defendendo, contudo, a necessidade de prosseguir os esforços na procura de soluções que permitam melhorar as condições de acesso à habitação para todos os munícipes. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, questionou se mais algum membro da Assembleia Municipal, desejava intervir sobre este tema. -----



Foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Nuno Paiva que referiu que a questão da habitação constitui um problema transversal e um dos principais desafios enfrentados pela população, associando-se às considerações anteriormente apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Mariana Salema. -----

Contudo, manifestou discordância relativamente à afirmação de que não competiria à Assembleia Municipal fiscalizar o processo em questão, defendendo que essa é precisamente uma das funções do órgão deliberativo. Nesse sentido, considerou legítimo que os Deputados Municipais procurem obter esclarecimentos e acompanhar os procedimentos desenvolvidos pelo Município de Vila Franca do Campo. -----

Relativamente ao concurso para atribuição das habitações do empreendimento do Pão do Vigário, questionou se seria possível aos membros da Assembleia Municipal consultar as avaliações efetuadas no âmbito do processo de análise das candidaturas. -----

Referiu ainda que pretendia abordar outros assuntos, mas, atendendo ao limite de intervenções disponíveis, optou por concluir a sua intervenção naquele momento, reservando os restantes temas para oportunidade posterior. -----

Ainda sobre o mesmo tema, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Carlos Braga que enalteceu concordar que a problemática da habitação constitui um desafio transversal à sociedade e afeta um número crescente de famílias. Referiu que, apesar de alguns cidadãos disporem de habitação própria, muitas pessoas continuam sem acesso a uma habitação condigna, considerando esta situação um dos principais problemas sociais da atualidade. -----

Relativamente às soluções possíveis para mitigar a falta de habitação, manifestou concordância com a estratégia referida pela Senhora Presidente da Câmara, assente na promoção da autoconstrução, por considerar que esta poderá constituir uma resposta eficaz para famílias com maiores dificuldades de acesso ao mercado habitacional. -----

Defendeu, contudo, que não deverá ser descurada a possibilidade de criação de cooperativas habitacionais, permitindo que pessoas e famílias com necessidades habitacionais se possam associar e contribuir progressivamente para a concretização de projetos de construção. Salientou que o modelo cooperativo possibilita a partilha de recursos e a entajada entre os seus membros, criando condições mais favoráveis para a realização de empreendimentos habitacionais de maior dimensão e reduzindo custos através da economia de escala. -----

Considerou que o cooperativismo pode representar uma solução viável para responder às necessidades habitacionais existentes, apelando ao Executivo Camarário, para que esta hipótese seja igualmente ponderada no âmbito das políticas municipais de habitação. -----

Concluiu destacando a importância de garantir condições que permitam aos jovens e às famílias constituir projetos de vida autónomos, alertando para o risco de a falta de habitação e de condições adequadas comprometer a constituição e fixação de famílias no concelho. Nesse sentido, apelou ao desenvolvimento de todas as medidas possíveis que contribuam para assegurar a permanência das famílias, as quais considerou serem um dos pilares fundamentais da sociedade. -----



Foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Nélio Saldanha que referiu atendendo à temática em discussão, considerar importante deixar registado em ata determinado esclarecimento. Começou por salientar que a Senhora Presidente teve o infortúnio de assumir funções precisamente no período em que ocorreu a entrega dos referidos apartamentos, considerando que qualquer executivo que estivesse à frente da autarquia naquele momento enfrentaria idênticas circunstâncias. -----

Acrescentou que, embora saiba que a Senhora Presidente da Câmara Municipal não utiliza redes sociais, os comentários e acusações que foram divulgados nesses espaços não dignificam quem os profere. Referiu ainda que tem reiteradamente apelado aos munícipes para utilizarem os órgãos próprios e os espaços públicos de participação democrática para expressarem as suas posições, lamentando que muitas das críticas sejam feitas apenas através das redes sociais. -----

Dirigiu, então, uma questão à Senhora Presidente, cuja resposta afirmou já conhecer, mas que considerou importante que ficasse expressamente registada em ata para esclarecimento da população de Vila Franca do Campo. Perguntou se a Senhora Presidente teve alguma intervenção na atribuição dos apartamentos, nomeadamente se participou na decisão do júri ou em qualquer fase do processo de seleção dos beneficiários. -----

Sublinhou compreender a sensibilidade do tema, sobretudo para as pessoas que enfrentam dificuldades de acesso à habitação, mas considerou injustas algumas das acusações que foram feitas nas redes sociais. Entendeu, por isso, que seria importante proporcionar à Senhora Presidente da Câmara Municipal a oportunidade de responder publicamente à questão, contribuindo para um esclarecimento claro dos vila-franquenses e para que não subsistam dúvidas sobre o processo em causa. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal, Nélio Saldanha e informou que daria, de seguida, a palavra à Senhora Deputada Municipal, Mariana Salema. Indicou ainda que, após a sua intervenção, a Senhora Presidente da Câmara Municipal responderia ao conjunto das questões que haviam sido colocadas durante o debate. -----

A Senhora Deputada Municipal, Mariana Salema começou por esclarecer a questão da fiscalização, salientando que a Assembleia Municipal é um órgão com competências de fiscalização. Contudo, referiu que, relativamente ao concurso em causa, existiu um júri constituído por técnicos especializados na área social, detentores das competências necessárias para proceder à avaliação das candidaturas. -----

Acrescentou que nem ela, nem os restantes deputados municipais, são especialistas nesta matéria, razão pela qual não lhes compete realizar essa avaliação. Referiu ainda que os membros do júri conhecem a realidade social dos candidatos através dos procedimentos próprios, incluindo a análise das condições habitacionais e socioeconómicas dos agregados familiares, algo que os eleitos não acompanham diretamente. Embora possam ter



conhecimento de algumas situações particulares, considerou que não dispõem de informação suficiente para efetuar uma comparação justa e abrangente entre todas as candidaturas. -----

Retomando o tema da fiscalização, e na sequência da intervenção anterior, colocou uma questão à Senhora Presidente da Câmara Municipal relativamente ao acompanhamento futuro dos agregados familiares a quem venham a ser atribuídos os apartamentos. -----

Questionou ainda como será efetuada a fiscalização da manutenção dos requisitos de atribuição, nomeadamente nos casos em que ocorram alterações na composição do agregado familiar, seja pelo nascimento de um filho, pela integração de um companheiro ou companheira em união de facto, pela celebração de casamento ou por qualquer outra alteração relevante da situação familiar. -----

Pretendeu ainda saber de que forma será feita a adequação da habitação às novas circunstâncias dos agregados e qual será a periodicidade das ações de acompanhamento e fiscalização por parte dos serviços competentes, considerando tratar-se de uma questão pertinente para a correta gestão do parque habitacional municipal. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal Graça Ventura Melo agradeceu as intervenções efetuadas e começou por responder às questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal, Nuno Paiva relativamente à temática da fiscalização, reconhecendo a sua importância. -----

Em resposta à questão levantada pelo Senhor Deputado Municipal, Nélcio Saldanha, esclareceu de forma inequívoca que não teve qualquer influência no processo de seleção nem nos resultados divulgados. Referiu que apenas tomou conhecimento da lista de classificação quando abriu a documentação da respetiva reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 27 de maio de 2026, simultaneamente com os restantes vereadores. -----

Acrescentou que todos aqueles que a conhecem, incluindo os membros da Assembleia Municipal e da Vereação, sabem que jamais interviria para favorecer qualquer candidato ou influenciar um procedimento desta natureza, pautando sempre a sua atuação pelos princípios da imparcialidade e da transparência. Salientou ainda que a lista divulgada corresponde integralmente à decisão do júri responsável pelo concurso, tendo sido essa mesma lista que posteriormente se tornou pública. -----

Relativamente à consulta do processo, informou que, concluído o procedimento, poderão ser consultados os respetivos elementos e resultados, nos termos legalmente aplicáveis. -----

Dirigindo-se ao Senhor Deputado Municipal, Carlos Braga agradeceu o contributo apresentado e referiu que a sugestão ficará registada para ponderação futura como uma possível alternativa. -----

Em resposta à questão colocada pela Senhora Deputada Municipal, Mariana Salema acerca da fiscalização dos agregados familiares beneficiários, afirmou que essa matéria foi considerada desde o início do processo. Explicou que estão previstas visitas periódicas e ações de acompanhamento por parte dos serviços competentes, com o objetivo de verificar



a manutenção das condições que fundamentaram a atribuição dos apartamentos. -----
Acrescentou que esse acompanhamento permitirá confirmar se a composição e a situação dos agregados familiares correspondem às declarações apresentadas pelos candidatos, reconhecendo que, por vezes, podem existir divergências entre a realidade efetiva e os elementos declarados. Concluiu, assim, que a fiscalização e o acompanhamento dos beneficiários serão levados a cabo com rigor e responsabilidade. -----

No seguimento da intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Nuno Paiva que solicitou ainda um esclarecimento adicional, questionando se está previsto algum mecanismo de acompanhamento dos agregados familiares após a atribuição das habitações, não apenas para verificação da manutenção dos requisitos de elegibilidade, mas também para assegurar a correta utilização e conservação dos imóveis. -----
Referiu, em concreto, a necessidade de acompanhar o estado das habitações e de prevenir eventuais danos que possam ser causados aos imóveis, procurando garantir a sua boa manutenção e preservação ao longo do período de utilização. Concluiu, referindo que era apenas esse o esclarecimento adicional que pretendia obter. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal respondeu afirmativamente, esclarecendo que, para além da fiscalização relativa à manutenção dos requisitos de atribuição das habitações, está igualmente previsto um acompanhamento destinado a verificar o estado de conservação dos imóveis. Referiu que as visitas dos serviços competentes servirão também para esse efeito, permitindo acompanhar a forma como as habitações estão a ser utilizadas e preservadas pelos respetivos agregados familiares. -----
Acrescentou que, numa fase inicial, essas visitas serão realizadas com maior regularidade, de modo a sensibilizar os beneficiários para a importância de estimarem os imóveis que lhes foram atribuídos e de garantirem a sua adequada conservação, contribuindo para a manutenção da dignidade e qualidade das habitações. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais sobre a existência de intervenções adicionais ou de outros assuntos que pretendessem abordar. -----

No uso da palavra o Senhor Deputado Municipal, Bruno Machado interveio para referir que constatou, na semana anterior, a demolição do bar que prestava apoio ao Parque da Vila, situado junto ao edifício do Açor Arena. -----
Salientou que, tratando-se de uma decisão administrativa, não tinha considerações a fazer. Contudo, manifestou algumas preocupações relativamente à forma como os trabalhos estavam a ser executados. Informou que, no fim de semana anterior, se deslocou ao referido parque e verificou a existência de uma quantidade significativa de vidros partidos e outros resíduos resultantes da demolição, espalhados pelo chão, sem que tivesse sido efetuada a respetiva limpeza, situação que considerou representar um risco para a segurança dos



utilizadores do espaço. -----
Neste sentido, questionou quando será realizada a limpeza integral da área afetada e recomendou que o parque seja temporariamente encerrado ao público até à conclusão dos trabalhos de limpeza e reposição das condições de segurança. -----
Acrescentou ainda que, no seu entendimento, o encerramento do parque deveria ter sido determinado desde o início das operações de demolição, uma vez que o estado em que o local se encontra constitui um potencial perigo para as crianças, visitantes e demais utilizadores daquele espaço público. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal respondeu ao Senhor Deputado Municipal, Bruno Machado agradecendo a observação efetuada e referiu que a situação será devidamente verificada e acautelada. Reconheceu que, caso existam ainda resíduos da demolição por remover, nomeadamente vidros ou outros materiais potencialmente perigosos, os mesmos deverão ser prontamente limpos, por forma a garantir as condições de segurança do espaço. Esclareceu que a intervenção integra o processo de requalificação daquela área, acrescentando que a demolição da referida estrutura já se encontrava prevista há algum tempo, tendo sido possível concretizá-la apenas recentemente. -----
Referiu ainda que os serviços municipais têm estado sujeitos a uma elevada carga de trabalho e a uma constante necessidade de afetação de recursos humanos a diversas frentes de intervenção, circunstância que pode ter condicionado a execução imediata de algumas tarefas complementares. Não obstante, assegurou que a situação será acompanhada e que os trabalhos de limpeza e reposição das condições de segurança serão realizados com a maior brevidade possível. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Nuno Paiva esclarecendo que, nos termos definidos para o período de intervenções, cada Deputado Municipal, dispunha de duas intervenções, podendo, em cada uma delas, abordar vários assuntos. -----
Referiu que lhe parecia ter havido um equívoco relativamente a essa regra, razão pela qual lhe concedia novamente a palavra para que pudesse apresentar as questões que entendesse pertinentes. De seguida, convidou o Senhor Deputado Municipal, Nuno Paiva a usar da palavra. -----

O Senhor Deputado Municipal, Nuno Paiva referiu que uma das questões que pretendia abordar se prendia com a limpeza dos caminhos e das vias públicas do concelho. Salientou ter verificado a existência de abundante vegetação e ervas em diversos arruamentos, situação que, na sua opinião, continua a merecer atenção. Acrescentou que, encontrando-se as festividades de São João da Vila próximas, o estado de algumas estradas e caminhos transmite uma imagem pouco cuidada do concelho, sobretudo para quem o visita. -----
De seguida, colocou uma questão relacionada com o processo de avaliação dos funcionários municipais, solicitando esclarecimentos sobre a forma como essa avaliação é efetuada. Referiu ter tido conhecimento de algumas manifestações de descontentamento por parte de trabalhadores relativamente a esse processo. Reconheceu que nem sempre é



possível corresponder às expectativas de todos, mas considerou que a existência de critérios de avaliação claros, objetivos e devidamente estruturados contribuirá para reduzir dúvidas ou suspeitas quanto à sua aplicação. -----

Por fim, referiu que existia ainda outro assunto que pretendia ver esclarecido, entendendo, contudo, que o mesmo poderia ser abordado posteriormente, no período destinado à apreciação dos pontos da Ordem do Dia. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal interveio para esclarecer que relativamente à questão da limpeza das estradas e caminhos, que a mesma se enquadra no seguimento das explicações anteriormente prestadas ao Senhor Deputado Municipal, Bruno Machado. ----- Referiu que esta é uma época do ano particularmente exigente para os serviços municipais, existindo várias frentes de trabalho em simultâneo. Destacou os preparativos das zonas balneares, que o Município procurou manter em boas condições para a abertura da época banhar, bem como os trabalhos associados à proximidade das festas de São João da Vila, considerando importante garantir que Vila Franca do Campo se apresente devidamente preparada para receber residentes e visitantes. -----

Acrescentou que a limpeza dos caminhos e arruamentos faz igualmente parte dessas prioridades e informou que o Senhor Vice-Presidente Carlos Pimentel tem já agendada para a presente semana a realização dessas intervenções, com o início dos trabalhos de limpeza em diversos caminhos do concelho. Salientou ainda que, com o aumento das temperaturas, a vegetação cresce com maior rapidez, exigindo um acompanhamento mais frequente por parte dos serviços. -----

Relativamente à questão da avaliação dos funcionários municipais, esclareceu que existiu, durante algum tempo, um período em que o sistema de avaliação não funcionou de forma regular. Referiu que foi desenvolvido um trabalho exigente de recuperação e regularização deste processo, com o apoio da empresa Smart Vision, entidade que continua a colaborar com o Município nesta matéria. Informou que o processo de avaliação se encontra atualmente atualizado, assente em competências definidas e em objetivos previamente estabelecidos. Acrescentou que têm sido realizadas reuniões regulares com a referida empresa, encontrando-se identificados os avaliadores, os respetivos avaliados e os critérios a aplicar. -----

Sublinhou ainda que os funcionários municipais têm conhecimento das áreas, competências e objetivos sobre os quais serão avaliados, considerando que o Município se encontra agora numa fase de normalização e consolidação do sistema de avaliação, com vista a garantir maior transparência, rigor e equidade na apreciação do desempenho dos trabalhadores. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça, Senhor Octávio Andrade. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Flávio Pacheco, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Graça Ventura Melo, os Senhores(as) Vereadores(as), os Senhores(as)



Deputados(as) Municipais e todos os cidadãos presentes e que acompanhavam a sessão por meios digitais, dando-lhes as boas-vindas à freguesia de Ponta Garça. -----

Referiu ser sempre um prazer acolher uma sessão da Assembleia Municipal na Freguesia, particularmente pela importância que estas sessões assumem na proximidade entre os órgãos autárquicos e a população. -----

Destacou a relevância do papel das Juntas de Freguesia na resolução das questões do quotidiano das populações, considerando que a descentralização de competências tem permitido maior celeridade na resposta a diversos assuntos que, de outra forma, demorariam mais tempo a ser solucionados. Salientou, nesse contexto, a boa articulação existente com a Câmara Municipal, nomeadamente através da relação de trabalho mantida com o Senhor Vereador Arménio Jardim. -----

Relativamente à ampliação do cemitério de Ponta Garça, referiu desconhecer o estado atual do projeto, questionando se o mesmo se encontra concluído ou em fase de desenvolvimento. Manifestou igualmente o interesse da Junta de Freguesia em poder analisar o projeto e emitir a sua opinião, considerando que se trata de uma matéria frequentemente abordada pela população. Acrescentou que, após a construção dos muros, têm surgido diversas questões por parte dos munícipes sobre o andamento da obra, pelo que considerou importante prestar esclarecimentos sobre o seu ponto de situação. -----

No que respeita à limpeza dos caminhos e espaços públicos, observou que a situação se encontra, em alguns locais, mais difícil de controlar nesta altura do ano, embora reconheça as exigências acrescidas decorrentes da preparação das festividades de São João da Vila. Referiu que a própria Junta de Freguesia tem canalizado esforços para várias frentes de trabalho que se encontravam atrasadas há alguns anos. Acrescentou que, em futuras ocasiões, será importante reforçar a articulação entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal durante os períodos de maior exigência, designadamente na preparação das festividades locais, por forma a otimizar os recursos disponíveis e assegurar uma resposta mais eficaz. -----

Informou ainda que já se encontrava articulada uma intervenção conjunta num dos caminhos da freguesia, envolvendo os serviços da Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, sendo que o Município disponibilizaria maquinaria e a Junta asseguraria os trabalhos complementares necessários para a execução da intervenção. -----

Referiu igualmente que algumas das dificuldades sentidas decorreram da inexperiência inicial e da falta de informação disponível, manifestando, contudo, total disponibilidade da Junta para colaborar com a Câmara Municipal. -----

Por último, sugeriu que, em períodos de maior sobrecarga de trabalho, pudesse ser ponderada a contratação temporária de serviços externos ou de empresas privadas para reforço das equipas operacionais. Considerou que esta poderia constituir uma solução eficaz para responder a necessidades pontuais, especialmente tendo em conta as limitações de recursos humanos existentes quer na Junta de Freguesia quer nos programas de emprego disponíveis, cuja disponibilidade nem sempre é estável ou previsível. -----



O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça referiu, de forma breve, mais dois assuntos que têm sido transmitidos à Junta de Freguesia pela população. -----
Em primeiro lugar, abordou a situação de algumas canadas que permanecem em terra batida e relativamente às quais têm sido apresentadas diversas reclamações por parte dos moradores. Considerou importante que, numa próxima revisão orçamental ou no próximo orçamento municipal, seja ponderada a inclusão de verbas destinadas à pavimentação dessas vias. Salientou que algumas dessas canadas servem diretamente habitações e outras zonas agrícolas muito utilizadas, pelo que a sua beneficiação constituiria uma melhoria significativa para os residentes e utilizadores dessas áreas. -----
De seguida, referiu-se ao estado do Caminho dos Tufos, assunto que tem voltado a ser colocado junto da Junta de Freguesia. Reconheceu tratar-se de uma situação complexa, mas apelou à realização de trabalhos de manutenção naquele acesso. Acrescentou que, caso a Câmara Municipal possa disponibilizar apoio através de maquinaria e dos trabalhos de regularização mais pesados, a Junta de Freguesia manifesta disponibilidade para colaborar nas ações de manutenção subsequentes. Referiu ainda que o caminho tem permanecido sem a manutenção necessária, encontrando-se algumas zonas em avançado estado de degradação. -----
Por último, salientou a importância daquele acesso para a utilização e valorização do trilho existente na zona dos Tufos, uma vez que constitui um dos principais pontos de passagem para os utilizadores do percurso pedestre. Considerou, por isso, que a melhoria das condições do caminho contribuiria para uma utilização mais segura e adequada daquele espaço. -----

Após a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça, foi concedida a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal. -----

A Senhora Presidente da Câmara começou por agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça a forma como acolheu a realização da sessão da Assembleia Municipal, bem como a disponibilidade demonstrada pela Junta de Freguesia e respetivos serviços para colaborar com a Câmara Municipal. Referiu que é sempre um gosto deslocar-se à freguesia de Ponta Garça e reconheceu a importância da cooperação institucional existente entre as duas entidades. -----

Relativamente à questão das canadas que se encontram em condições anómalas concordou que existem diversos arruamentos e caminhos que necessitam de intervenção, reconhecendo a legitimidade da preocupação manifestada. Informou que a situação será tida em consideração na preparação dos instrumentos de planeamento municipal do próximo ano, nomeadamente no Plano e Orçamento, com vista à programação de futuras intervenções de beneficiação e pavimentação. -----

Quanto ao Caminho dos Tufos, referiu tratar-se de uma situação que o Município acompanha e que merece particular atenção. Acrescentou que, caso o Senhor Presidente da Assembleia Municipal o permitisse, o Senhor Carlos Pimentel, na qualidade de Vice-



Presidente da Câmara Municipal poderia prestar um esclarecimento complementar sobre o ponto de situação e as intervenções previstas para aquele local. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal prestou esclarecimentos sobre a situação do Caminho dos Tufos, dirigindo-se igualmente aos munícipes que acompanhavam a sessão através das redes sociais. Referiu que o Caminho dos Tufos constituiu, no passado, uma importante ligação pedonal entre as freguesias de Ponta Garça e Ribeira Quente, sendo utilizado, nomeadamente, pelas populações para o transporte de mercadorias e produtos, incluindo o pescado proveniente da Ribeira Quente. Acrescentou que o percurso acompanha uma zona que delimita os concelhos de Vila Franca do Campo e da Povoação. - Assinalou que, ao longo dos anos, o caminho tem sofrido um processo contínuo de degradação, verificando-se atualmente um agravamento significativo das suas condições de segurança. Recordou ainda que parte daquele percurso integrou, em tempos, um trilho pedestre, situação que já não se verifica, tendo sido recomendado às entidades competentes que a utilização do trilho fosse descontinuada, atendendo ao agravamento das condições das arribas e ao risco crescente de derrocadas. -----

Relativamente ao troço localizado no concelho de Vila Franca do Campo, referiu que a Câmara Municipal continuará a promover as intervenções possíveis para garantir a circulação pedonal em segurança. -----

Acrescentou, contudo, que a situação se tornou mais complexa após a ocorrência de um acidente grave naquele local, há relativamente pouco tempo. Explicou que muitas das pessoas proprietárias de terrenos na zona passaram, ao longo dos anos, a utilizar o caminho com veículos motorizados, quando originalmente se tratava de um acesso pedonal ou destinado a tração animal. -----

Informou que, na sequência desse acidente, a Câmara Municipal foi chamada a pronunciar-se junto das autoridades competentes, nomeadamente em processos conduzidos pelo Tribunal e pelo Ministério Público, acerca da natureza do caminho e da possibilidade da sua utilização por veículos automóveis. -----

Nesse contexto, esclareceu que a transformação do Caminho dos Tufos num acesso rodoviário é tecnicamente muito difícil e, na prática, praticamente inviável, devido às características geográficas do local. Referiu que o percurso se desenvolve ao longo de arribas de elevada altitude, algumas superiores a cinquenta metros, existindo zonas particularmente vulneráveis à erosão e aos movimentos de terras. Acrescentou que, embora parte dessas áreas estivesse anteriormente coberta por vegetação, a degradação natural das encostas e a queda de espécies invasoras contribuíram para aumentar a instabilidade do terreno, tornando a circulação automóvel incompatível com as condições de segurança atualmente existentes. -----

Sublinhou, por isso, que a prioridade do Município de Vila Franca do Campo, passa por assegurar que o caminho permaneça transitável, pelo menos para circulação pedonal, permitindo o acesso aos terrenos ali existentes, muitos dos quais possuem um significativo valor sentimental para as famílias proprietárias. Referiu ainda que a Câmara Municipal



continuará a desenvolver diligências em articulação com a Junta de Freguesia de Ponta Garça, destacando a colaboração permanente existente entre ambas as entidades na procura de soluções. -----

Concluiu afirmando que uma eventual transformação do caminho em via rodoviária exigiria um investimento de valor muito elevado, envolvendo obras de grande complexidade técnica, o que, face às características do local, se apresenta como uma solução dificilmente exequível. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, retomou a palavra para prestar um esclarecimento complementar relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça sobre a ampliação do cemitério. Informou que o Município se encontra preparado para avançar com a segunda fase da intervenção. Recordou que o executivo municipal anterior reuniu com o anterior executivo da Junta de Freguesia, ocasião em que foi apresentado o projeto para a ampliação do cemitério. -----

Referiu, contudo, que faz todo o sentido que o atual Senhor Presidente da Junta de Freguesia esteja igualmente informado sobre o desenvolvimento do processo, manifestando total disponibilidade para lhe apresentar o projeto e prestar os esclarecimentos necessários. Acrescentou que a remoção do muro existente constitui uma das intervenções previstas no projeto e confirmou que o mesmo se encontra concluído, encontrando-se o Município em condições de avançar para a execução da segunda fase da obra. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Juvenálio Ponte que referiu, relativamente à limpeza das ruas e espaços públicos, que considera preocupante o estado em que se encontram alguns arruamentos do concelho, em particular na Vila, devido ao crescimento da vegetação. Nesse contexto, lançou uma proposta dirigida à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia, sugerindo que os Presidentes de Junta, em articulação com o Município, ponderassem a disponibilização temporária de um ou dois funcionários para reforçar os trabalhos de limpeza urbana antes das festividades de São João da Vila. -----

Acrescentou ainda que, na sua opinião, poderia ser avaliada a utilização de métodos complementares de controlo da vegetação, designadamente soluções que permitissem retardar o reaparecimento das ervas após os trabalhos de limpeza. Referiu, a título de exemplo, a aplicação de técnicas ou produtos adequados (água salgada), que ajudassem a manter os espaços limpos por um período mais prolongado, reduzindo a necessidade de intervenções frequentes. -----

Relativamente à avaliação dos funcionários municipais, questionou quais os critérios considerados nesse processo, procurando saber se a frequência de ações de formação constitui um dos elementos de avaliação ou se existem outros fatores igualmente relevantes. Salientou a importância de assegurar que todos os trabalhadores tenham igualdade de oportunidades no acesso à formação profissional e aos demais instrumentos que contribuem



para a sua valorização e progressão, de modo a garantir a equidade do sistema de avaliação e evitar situações de desigualdade entre funcionários. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Flávio Pacheco concedeu a palavra à Senhora Presidente Graça Ventura Melo que agradeceu as propostas e sugestões apresentadas, referindo que as mesmas ficam devidamente registadas para análise. -----
Relativamente à sugestão apresentada para o controlo da vegetação, comentou que seria muito positivo caso a solução proposta produzisse os resultados pretendidos, acrescentando, em tom de boa disposição, que água salgada é um recurso de que o concelho dispõe em abundância. -----

Quanto à questão da avaliação dos funcionários municipais, reiterou o que já havia referido anteriormente, esclarecendo que todos os trabalhadores do Município serão objeto de avaliação nos termos definidos. Explicou que cada funcionário possui objetivos previamente estabelecidos, adequados às funções e à área em que exerce atividade, sendo a avaliação realizada pelos respetivos avaliadores designados para cada serviço ou unidade orgânica. Acrescentou que o processo se encontra estruturado e assenta em critérios definidos para as diferentes áreas de atuação dos trabalhadores municipais. -----
Referiu ainda que, caso subsistam dúvidas ou exista interesse em conhecer melhor o funcionamento do sistema de avaliação, o Município terá todo o gosto em prestar os esclarecimentos necessários. Acrescentou que as Senhoras Chefes de Divisão de Gestão da área Administrativa e área Financeira poderiam, se necessário, fornecer informações mais detalhadas sobre o processo de avaliação atualmente em curso. -----
Concluiu, afirmando que era esse o esclarecimento que pretendia deixar sobre a matéria. ---

Foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Bruno Machado que salientou ter sido abordado por alguns empresários de Vila Franca do Campo, que lhe solicitaram esclarecimentos sobre a utilização dos espaços existentes no interior do parque de estacionamento subterrâneo do Açor Arena. Nesse sentido, questionou o Executivo Camarário sobre a existência de um preço ou tabela previamente fixada para o aluguer desses espaços, referindo que tem conhecimento de situações em que determinadas entidades e empresários já fizeram uso dos mesmos. -----
Pretendeu ainda saber de que forma é calculado o valor a pagar pela utilização do espaço, designadamente se o mesmo é determinado em função da área ocupada ou através de outro critério definido pelo Município. -----
Por último, questionou onde poderá ser consultado o regulamento aplicável e quais os procedimentos e documentação necessários para formalizar um pedido de utilização dos referidos espaços. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal interveio no sentido de esclarecer que no passado, existiam diversos empresários que mantinham equipamentos e materiais armazenados nos espaços localizados no interior do parque de estacionamento subterrâneo do Açor Arena. Referiu que muitos desses materiais já foram retirados pelos respetivos



proprietários e que o Município de Vila Franca do Campo, tem vindo a desenvolver esforços para que os restantes ocupantes procedam igualmente à sua remoção. Informou que foi concedido um novo prazo para que as pessoas ainda abrangidas por esta situação possam retirar os bens que permanecem naquele local. -----

Acrescentou que o Executivo Camarário tem procurado agir com compreensão e paciência, aguardando que os interessados encontrem locais alternativos para acomodar os seus materiais. Esclareceu, contudo, que atualmente são já residuais os casos de empresários que mantêm bens armazenados naquele espaço. Referiu ainda que existem algumas associações sem fins lucrativos que solicitaram autorização para guardar temporariamente determinado material, situação que o Município autorizou atendendo à natureza das entidades e às respetivas finalidades. -----

Salientou que, relativamente aos restantes casos, estão a ser definidos prazos concretos para a desocupação dos espaços, uma vez que a intenção do Município é atribuir uma utilização mais adequada àquelas áreas. -----

Concluiu informando que os espaços se encontram atualmente em melhores condições do que no passado, resultado das ações de limpeza e reorganização já realizadas, permitindo perspetivar uma nova utilização para aqueles parques de estacionamento -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que havia sido ultrapassado o período de sessenta minutos previsto para o Período Antes da Ordem do Dia. Referiu, contudo, que o Regimento prevê a possibilidade de prorrogação desse período por mais trinta minutos, mediante deliberação da Assembleia Municipal. Considerando que ainda existiam inscrições para uso da palavra, questionou os membros da Assembleia se havia alguma oposição à continuação dos trabalhos por mais trinta minutos, de forma a permitir a conclusão das intervenções pendentes. Não se tendo verificado qualquer oposição, considerou aprovada a prorrogação do Período Antes da Ordem do Dia. -----

De seguida, concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Água d'Alto, Senhor Carlos Fernando Monteiro que prestou um esclarecimento ao Senhor Deputado Municipal Juvenálio Ponte, informou que a Junta de Freguesia de Água de Alto, apesar das limitações de recursos humanos e do esforço que tal representa para os seus serviços, acedeu ao pedido da Câmara Municipal e disponibilizou temporariamente um funcionário para colaborar na organização das festas de São João da Vila. -----

Referiu que essa colaboração tem causado algumas dificuldades à Junta de Freguesia, uma vez que a ausência do trabalhador se faz sentir no normal funcionamento dos serviços. Ainda assim, considerou importante contribuir para um evento de interesse geral para o concelho, defendendo que as diferentes entidades devem colaborar entre si sempre que necessário. Acrescentou que, durante este período, a Junta de Freguesia, tem procurado minimizar os constrangimentos resultantes da redução de pessoal, embora reconheça que alguns trabalhos possam decorrer a um ritmo mais lento do que o habitual. -----
Concluiu afirmando que esta colaboração institucional deve ser encarada numa lógica de



entrejuda, salientando que, tal como a Junta de Freguesia está atualmente a apoiar a Câmara Municipal, também poderá vir a necessitar, no futuro, do apoio dos serviços municipais para responder às necessidades da freguesia de Água d'Alto. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Nélcio Saldanha que relativamente à questão das ervas nos caminhos, referiu que, quando era criança, o seu avô obrigava-o a limpar as ervas do caminho e que tal nunca lhe causou qualquer inconveniente. Considera que, atualmente, existe uma tendência para esperar que a Câmara Municipal resolva todas as situações. Reconhecendo que a Autarquia tem a obrigação de proceder à limpeza dos caminhos, afirmou que não vê qualquer problema em limpar as ervas existentes em frente à sua própria habitação, independentemente de essa responsabilidade poder caber ao proprietário. Acrescentou que, se todos contribuírem um pouco, tal não diminuirá ninguém e poderá beneficiar toda a comunidade. -----

De seguida, abordou a questão do saneamento básico, considerando tratar-se de um dos desafios mais importantes do atual mandato. Referiu ter sido abordado por vários munícipes sobre esta matéria, nomeadamente residentes da sua rua, e recordou que já havia colocado questões sobre o tema numa sessão anterior da Assembleia Municipal, tendo então recebido esclarecimentos por parte do Senhor Carlos Pimentel na qualidade de Vice-Presidente. Informou ainda que, na semana anterior, ao passar na zona do Porto de Pesca em direção à Marina da Vila, encontrou o funcionário municipal Senhor Daniel Arruda, que se encontrava em serviço, a quem solicitou autorização para conhecer o interior da estação de tratamento e observar o funcionamento do emissário, autorização essa que lhe foi concedida, pôde verificar diretamente a realidade existente. -----

Referiu que não pretendia criticar a Câmara Municipal, o atual Executivo ou os anteriores Executivos Camarários, mas sim chamar a atenção para a responsabilidade dos próprios munícipes. Explicou que ficou impressionado com a quantidade e diversidade de resíduos encontrados na grelha de separação da estação, designadamente tampões, pensos higiénicos, embalagens plásticas, roupa interior feminina e masculina, entre outros materiais indevidamente encaminhados para a rede de saneamento. Considerou que não existe sistema de saneamento que consiga funcionar adequadamente perante este tipo de comportamentos e salientou que a preservação da qualidade ambiental de Vila Franca do Campo, das praias e das infraestruturas de saneamento depende também da responsabilidade individual de cada cidadão. -----

Neste sentido, apelou à Câmara Municipal para que reforce as ações de sensibilização junto da população. Sugeriu a realização de campanhas de informação através de diversos meios, nomeadamente materiais audiovisuais que mostrem a realidade dos resíduos recolhidos na estação de tratamento, distribuição de informação porta a porta, ações junto das escolas e outras iniciativas de proximidade que permitam esclarecer os munícipes sobre os resíduos que podem ou não ser depositados na rede de saneamento. -----

Concluiu salientando que continuam a verificar-se situações de deposição inadequada de resíduos, incluindo óleos e gorduras, que acabam por provocar entupimentos e dificuldades



no funcionamento do sistema, considerando, por isso, fundamental o reforço da sensibilização e da educação ambiental da população. -----

A Senhora Presidente Graça Ventura Melo no uso da palavra agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal, Nélcio Saldanha e referiu que têm sido desenvolvidas diversas campanhas de sensibilização, nomeadamente junto das escolas, muitas vezes por sugestão dos próprios professores. Explicou que estas ações são realizadas diretamente junto das turmas e complementadas com a distribuição de folhetos informativos e a afixação de cartazes. Reconheceu, contudo, que os meios tradicionais de sensibilização nem sempre produzem os resultados desejados, mas assegurou que o Município de Vila Franca do Campo, continuará a procurar novas estratégias que promovam uma maior consciencialização da população para a proteção do meio ambiente e para a correta utilização das infraestruturas de saneamento, contribuindo para minimizar os problemas verificados no emissário. -----

Acrescentou ainda que a Autarquia continua a registar um elevado empenho da população ao nível da recolha seletiva de resíduos, destacando os bons resultados alcançados nesta área em todo o concelho. Manifestou o desejo de que esse mesmo sentido de responsabilidade e colaboração por parte dos munícipes possa ser alargado à utilização da rede de saneamento, através de uma maior consciencialização sobre os resíduos que não devem ser nela depositados. -----

Concluiu afirmando que o Executivo Camarário continuará a desenvolver todos os esforços para melhorar os níveis de recolha seletiva e que irá refletir sobre novas formas de intervenção e sensibilização, procurando identificar iniciativas que possam ter um maior impacto junto da população. Agradeceu, por fim, o contributo apresentado. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, Senhor Luís Gomes que salientou que a sua intervenção se relacionava com os votos de congratulação anteriormente apresentados, considerando-os inteiramente justos e merecidos. -----

No entanto, aproveitou a ocasião para deixar um alerta e dirigir um apelo ao Executivo Camarário relativamente ao Agrupamento de Escuteiros Marítimos n.º 1223, que em breve assinalará o seu 25.º aniversário. Considerando que acompanhava de perto a atividade do agrupamento, manifestou preocupação pelo desânimo que, segundo afirmou, começa a sentir-se entre os seus dirigentes e membros, em grande parte devido à ausência de uma sede própria. Sublinhou que o agrupamento desenvolve um trabalho meritório junto dos jovens do Concelho, desempenhando um importante papel educativo, cívico e social, razão pela qual considera fundamental que sejam envidados todos os esforços possíveis para lhes proporcionar um espaço adequado às suas necessidades. Reconheceu que será difícil criar condições idênticas às de que outros agrupamentos dispõem, atendendo ao percurso e à dimensão do Agrupamento 436, mas defendeu que é importante garantir ao Agrupamento de Escuteiros Marítimos n.º 1223 uma sede própria, que lhe permita desenvolver as suas



atividades com maior estabilidade e dignidade, sem a necessidade de transportar constantemente os seus materiais e equipamentos. -----

Concluiu, assim, apelando à Câmara Municipal para que continue a procurar soluções que permitam dotar o Agrupamento de Escuteiros Marítimos n.º 1223 de instalações adequadas, contribuindo para a continuidade e valorização do trabalho que tem vindo a desenvolver em prol da juventude e da comunidade local. -----

Foi concedida a palavra à Senhora Presidente Graça Ventura Melo que manifestou concordar plenamente com a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia, Senhor Luís Gomes, referindo que já tivera oportunidade de abordar esta questão com a chefia do Agrupamento de Escuteiros Marítimos n.º 1223, a qual lhe transmitiu as mesmas preocupações. Salientou que se trata de um agrupamento em crescimento, que desenvolve um trabalho relevante junto da comunidade e que necessita efetivamente de uma sede própria. -----

Informou ainda que, no dia anterior, tinha reunido com o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, senhor Rui Santos para discutir possíveis utilizações para o edifício da antiga Escola Centenária da Ribeira Seca. Recordou que, numa fase inicial, existiu a intenção de ali instalar uma Escola Profissional, projeto que acabou por não avançar, na sequência de uma reunião realizada com o Senhor Secretário Regional das Finanças, na qual foi transmitida a impossibilidade de concretizar as obras necessárias. Posteriormente, foi ponderada uma nova solução, que passava pela instalação naquele espaço da Creche do Cogumelo. Contudo, informou que, na sequência de contactos recentes com a nova direção da instituição, teve conhecimento de que já não existe interesse em prosseguir com esse projeto. -----

Neste contexto, referiu que, em articulação com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, será ponderada uma solução que permita devolver utilidade ao edifício, começando pela avaliação das suas condições de segurança e do seu estado de conservação, de forma a determinar a viabilidade da sua requalificação. -----

Acrescentou que a intenção passa por transformar aquele espaço num equipamento ao serviço do movimento associativo, sublinhando que o Agrupamento de Escuteiros Marítimos n.º 1223 não é a única entidade do Concelho que enfrenta dificuldades por falta de instalações adequadas. Existem outras associações que também necessitam de um espaço digno para desenvolver as suas atividades. -----

Concluiu referindo que, caso exista concordância por parte da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, esta poderá constituir uma solução capaz de responder às necessidades de várias associações do concelho que atualmente não dispõem de sede própria ou de instalações adequadas ao desenvolvimento da sua atividade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu a palavra à Senhora Deputada Municipal, Maria Pereira que começou por agradecer a oportunidade de estar presente, referindo tratar-se da sua primeira participação numa sessão da Assembleia Municipal de



Vila Franca do Campo. De seguida, chamou a atenção para a situação de um muro degradado localizado na Travessa da Brasileira, nas traseiras da sede dos Escuteiros, problema que, segundo referiu, se arrasta há vários anos. A Deputada Municipal manifestou preocupação relativamente às condições de segurança e higiene do local, salientando a existência de ratos que, alegadamente, chegam a invadir habitações nas proximidades. Acrescentou que o espaço se encontra bastante degradado e é frequentemente utilizado por crianças para brincar, o que agrava os riscos associados à situação. Perante estes factos, questionou se a Câmara Municipal tem conhecimento do problema e se está prevista alguma intervenção destinada à reparação do muro e à requalificação daquele espaço. Caso exista intervenção prevista, solicitou informação sobre o respetivo prazo de execução. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra em resposta à questão colocada, agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Municipal, Maria Pereira informando que a referida obra integra o Plano e Orçamento para 2026. ----- Esclareceu que o respetivo projeto já se encontra concluído e que a empreitada está atualmente em fase de concurso público, pelo que a intervenção deverá ocorrer em breve. -- Acrescentou que a intervenção prevê a requalificação do espaço e a sua colocação em condições adequadas de utilização e segurança. Referiu ainda ter mantido contactos e conversações com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça sobre esta matéria, uma vez que o local se situa próximo de zonas frequentadas por jovens. ----- Concluiu informando que a obra se encontra dependente da conclusão do procedimento concursal e da adjudicação a uma entidade executante. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Flávio Pacheco declarou encerrado o Período Antes da Ordem do Dia e questionou se algum elemento do público pretendia usar da palavra no respetivo período de intervenção. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se tendo verificado qualquer inscrição, o Senhor Presidente informou que se passaria à apreciação dos assuntos constantes da Ordem do Dia. -----

Antes de dar início aos trabalhos, lembrou o disposto no Regimento da Assembleia Municipal relativamente à gestão dos tempos de intervenção, salientando que cada ponto da Ordem do Dia dispõe de um período máximo de quarenta e cinco minutos. -----

Esclareceu que, no primeiro ponto da Ordem do Dia - Informação sobre a Atividade Municipal e Relatório Financeiro - cada Deputado Municipal dispõe de uma intervenção, sendo o tempo global distribuído por grupo municipal da seguinte forma: Partido Socialista



(PS), vinte e um minutos; Partido Social Democrata (PSD), dezasseis minutos; e Chega, oito minutos, em conformidade com a representatividade resultante das últimas eleições. --- Informou ainda que, relativamente ao segundo ponto da Ordem do Dia, se mantêm os tempos atribuídos aos grupos municipais, dispondo, porém, cada Deputado Municipal de duas intervenções, com a duração máxima de três minutos cada. -----

Seguidamente, deu início à apreciação do Ponto Um da Ordem do Dia - Informação sobre a Atividade Municipal e Relatório Financeiro - concedendo a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para apresentação do assunto. -----

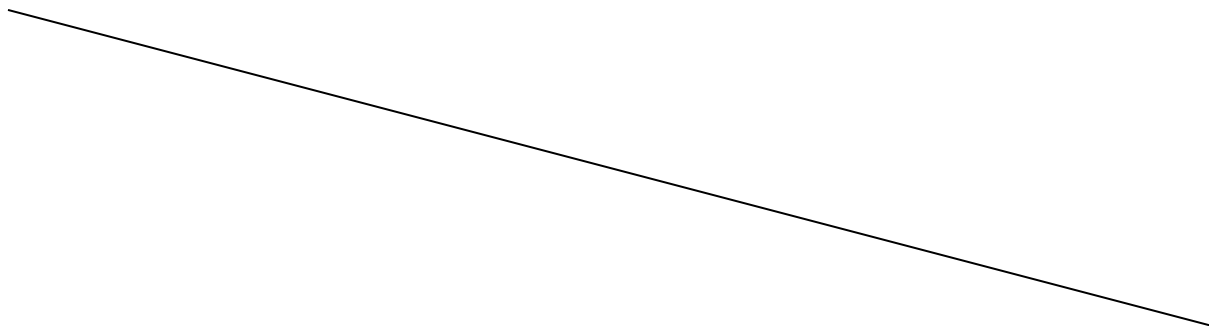
ORDEM DO DIA

PONTO UM - I N.º 74/2026 - INFORMAÇÃO - RELATÓRIO SOBRE ATIVIDADE MUNICIPAL CAMARÁRIA E RELATÓRIO FINANCEIRO - Pelo Presidente da Assembleia Municipal, foi introduzida a seguinte Informação: -----

Pela Presidente da Câmara Municipal foi introduzida a seguinte Informação: -----
«Para efeitos de cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submete-se à apreciação da Assembleia Municipal a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, sobre a atividade municipal desenvolvida e a situação financeira do Município. -----

A referida informação integra as principais atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal no período em referência, bem como os elementos relativos à execução financeira do Município, permitindo à Assembleia Municipal exercer as suas competências de acompanhamento e fiscalização da atividade municipal. -----

Nestes termos, propõe-se que a Assembleia Municipal tome conhecimento da Informação sobre a Atividade Municipal (Camarária) e do Relatório Financeiro que a acompanha.» -----





Informação sobre Atividade Municipal Camarária e Relatório Financeiro

Empreitada de Ampliação do Parque Empresarial de Vila Franca do Campo – 2.ª Fase

- ✓ Aguarda início de candidatura.

Empreitada de Reforço do Sistema de Abastecimento de Água à Freguesia de Água d'Alto

- ✓ Obra a decorrer.

Aquisição de Serviços para a “Proteção das Nascentes de Água da Mãe d'Água e do Galego com Recurso a Soluções de Engenharia Natural” do Projeto LIFE 19 IPC/PT Sub-Ação C5.1

- ✓ Execução de serviços a decorrer.

Empreitada de Ampliação do Cemitério de Ponta Garça

- ✓ Obra a decorrer.

Empreitada de Reforço da Muralha do Forte do Corpo Santo

- ✓ Obra a aguardar início.

Empreitada de Requalificação/Arranjo Urbanístico na Zona do Poço Largo e Envolventes

- ✓ Obra concluída.

Empreitada de substituição dos vãos da fachada do edifício da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

- ✓ Obra concluída.

Atividades Culturais, Sociais e Desportivas

- ✓ Workshop – Elaboração de Sardinhas Decorativas;
- ✓ Peça de Teatro – Alerta Amarelo;
- ✓ Comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios;
- ✓ Do Agora ao Eterno – Concerto pelo Coral de São José;
- ✓ 1.ª Caminhada de Primavera - Ribeira das Três Voltas;
- ✓ 2.ª Caminhada de Primavera – Trilho Monte Escuro;
- ✓ 3.ª Caminhada de Primavera – Trilho Lagoa do Fogo;
- ✓ Comemoração do Dia Internacional do Azulejo;
- ✓ Comemoração do Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor;
- ✓ Exposição – 25 de Abril: Memórias em Fotografia;
- ✓ Passeio ao Jardim Dona Beatriz (Furnas) (Programa Seniores Ativos 60+);
- ✓ Exposição Art & Vários no Centro Cultural;
- ✓ Oficina: O Museu em Aquarelas (Dia Internacional dos Museus);
- ✓ Torneio de Futebol Interescolar;
- ✓ Atividade “Bom Dia Cerâmica | Good Morning Ceramics” na Olaria Museu;
- ✓ Comemoração da Noite Europeia dos Museus;
- ✓ Divulgação do projeto “Guardiões do Ambiente” nas escolas do concelho;
- ✓ Ação de limpeza da praia Vinha d'Areia;
- ✓ Visita ao Parque Urbano (Programa Seniores Ativos 60+);
- ✓ Visita ao Núcleo Museológico da Autonomia dos Açores;
- ✓ Comemoração do Dia Mundial da Criança;



Relatório Financeiro

<i>Situação a 29/05/2026</i>	
<i>Caixa e bancos</i>	<i>7 357 090,31</i>
<i>Empréstimos (M/L Prazo)</i>	<i>0,00</i>
<i>Empréstimos do FAM</i>	<i>27 977 691,68</i>
<i>Clientes conta corrente</i>	<i>181 047,27</i>
<i>Utentes conta corrente</i>	<i>78 819,79</i>
<i>Total de clientes e utentes</i>	<i>259 867,06</i>
<i>Fornecedores de conta corrente</i>	<i>131 171,18</i>
<i>Fornecedores de bens de investimento</i>	<i>41 436,44</i>
<i>Cauções</i>	<i>276 678,45</i>

Relativamente ao documento que foi entregue sobre o relatório de atividades, o relatório financeiro e as obras em curso, gostaria de fazer algumas observações. Existem obras que se encontram efetivamente em execução, enquanto outras ainda estão em fase de projeto ou a aguardar o respetivo início. No caso da ampliação do Cemitério de Ponta Garça, a obra surge identificada como estando a decorrer. Contudo, importa esclarecer que apenas a primeira fase se encontra em execução, sendo que a segunda fase será agora submetida aos procedimentos necessários. Assim, poderá não ser a expressão mais adequada classificá-la, no seu todo, como uma obra em curso. -----

Quanto ao Parque Empresarial, este aguarda o início da candidatura, situação que depende igualmente da obtenção do visto do Tribunal de Contas, o qual ainda se encontra pendente. Relativamente ao reforço do sistema de abastecimento de água à freguesia de Água d'Alto, encontra-se a decorrer a proteção das nascentes de água da Mãe e do Galego. -----

Já a empreitada de reforço da muralha do Forte de Corpo Santo encontra-se adjudicada, mas aguarda ainda o respetivo início. Importa também referir duas obras que já se encontram concluídas: o arranjo urbanístico da zona do Poço Largo e envolvente, bem como a intervenção nos vãos da fachada do edifício da Câmara Municipal. -----

Quanto às atividades culturais, sociais e desportivas, não me alongarei na sua descrição, uma vez que se encontram devidamente elencadas no documento. -----



Em relação ao relatório financeiro, também se encontra apresentado e descrito o ponto de situação das várias áreas em análise. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Flávio Pacheco passou a palavra ao Senhor Deputado Municipal, André Mansinho que no uso da palavra referiu que, embora as considerações que pretendia fazer se enquadrassem mais adequadamente no período antes da ordem do dia, entendia ser oportuno abordá-las por estarem relacionadas com a atividade municipal. -----

Manifestou a sua satisfação, bem como a de muitos munícipes com quem tem contactado, pelo ambiente vivido no concelho nesta época festiva, salientando que Vila Franca do Campo já vive o espírito das Festas de São João da Vila e se apresenta particularmente cuidada e atrativa. -----

Destacou ainda a dinâmica que se tem verificado durante o mês de junho, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, com a realização de diversos eventos de natureza desportiva, cultural e musical, os quais têm contribuído para uma significativa animação e valorização do concelho. -----

Em particular, enalteceu a atividade integrada nas Festas de São João da Vila promovida pelo Clube Desportivo de Vila Franca, com o apoio logístico da Câmara Municipal, designadamente a prova “Trail de São João”, que considerou ter alcançado uma dimensão assinalável, reunindo um elevado número de atletas e participantes. -----

Sublinhou igualmente o trabalho desenvolvido pela direção do Clube Desportivo de Vila Franca, destacando o dinamismo e o empenho dos jovens que integram os seus órgãos sociais, os quais, na sua opinião, têm contribuído de forma muito positiva para a dinamização do concelho de Vila Franca do Campo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Flávio Pacheco passou a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Carlos Braga que referiu que voltava a abordar uma questão anteriormente colocada, por ainda não ter obtido resposta. -----

Questionou o Executivo Camarário relativamente à segunda fase da ampliação do Parque Empresarial de Vila Franca do Campo, designadamente sobre a identificação dos legítimos proprietários dos terrenos que a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, se propõe adquirir. Solicitou esclarecimentos sobre quem são os referidos proprietários e em que moldes será concretizada a respetiva aquisição. -----

Acrescentou que, segundo a sua recordação de debates ocorridos em reuniões anteriores, existia o entendimento de que eventuais acertos de contas deveriam ser efetuados após a liquidação dos valores em dívida, pelo que pretendia compreender de que forma se chegou à solução agora apresentada. Referiu ainda que a sua posição não se prende com a intenção de votar contra uma medida que possa implicar o aumento do endividamento da Câmara



Municipal, mas sim com a necessidade de prestar esclarecimentos ao público presente e aos próprios Deputados Municipais. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, relativamente ao assunto abordado na última reunião, não dispõe, de momento, de novos elementos a acrescentar. --- Referiu, contudo, que diligenciou no sentido de serem efetuadas pesquisas nos arquivos municipais, com vista à recolha de informação e documentação que permita esclarecer os aspetos salientados. Acrescentou que têm surgido algumas informações adicionais, mas que o trabalho de averiguação continua em curso. Sublinhou ainda o empenho do Executivo Camarário em apurar todos os factos relacionados com esta matéria, manifestando a sua vontade de ver a situação devidamente esclarecida e de não deixar o assunto sem resposta. - Esclareceu que, nesta fase, o Município aguarda o visto do Tribunal de Contas para proceder à escritura necessária ao avanço da segunda fase da ampliação do Parque Empresarial. Referiu igualmente ter reunido recentemente com a AMRAA (Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores) e com o Subdiretor Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, tendo constatado que existem outros processos de natureza semelhante ainda pendentes. Evidenciou que a necessidade de concretizar a escritura e avançar com a segunda fase do projeto não inviabiliza a continuação das averiguações relativas aos procedimentos adotados no passado. Salientou que existe interesse em disponibilizar os lotes previstos, atendendo às expectativas de diversos empresários que aguardam por aquele espaço para desenvolver os seus projetos. ----- Concluiu afirmando que não pretende ignorar qualquer eventual questão que careça de explicação e que continua empenhada em compreender integralmente os procedimentos seguidos à data, lamentando não poder prestar esclarecimentos mais concretos no momento por falta de informação adicional. -----

A Senhora Deputada Municipal, Mariana Salema, no uso da palavra que lhe foi concedida, fez referência à ação de limpeza da Praia da Vinha da Areia, aproveitou a oportunidade para abordar a situação de um espaço localizado no Calhau, junto à Rua Vasco da Silveira, que tem vindo a ser utilizado por alguns munícipes como zona balnear. Referiu que o local se encontra numa área próxima de uma ribeira, onde são frequentemente identificadas situações de deposição de resíduos e cuja manutenção exige intervenções periódicas por parte da Câmara Municipal. Neste contexto, apelou ao Executivo Camarário para que seja devidamente avaliada e sinalizada a utilização daquele espaço, caso se conclua que o mesmo não reúne as condições adequadas para uso balnear. Salientou que já é possível observar a presença de famílias e crianças no local, circunstância que justifica uma especial atenção às questões relacionadas com a saúde pública e a segurança dos utilizadores. ----- Acrescentou que, embora se trate de uma zona não vigiada e não classificada como área balnear, considera importante que a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo informe e



sensibilize a população para as condições existentes, sempre que estas não garantam os requisitos considerados adequados para a sua utilização. -----

Concluiu referindo que, caso venham a ser asseguradas as condições necessárias, tal constituirá naturalmente uma mais-valia para o Concelho e para os seus munícipes. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Municipal Mariana Salema e esclareceu que o local referido não constitui uma praia vigiada nem reúne as condições necessárias para ser considerado um espaço balnear destinado à utilização de banhistas. Informou que, habitualmente, é colocada sinalização no local a alertar para essa situação e a desaconselhar a prática de banhos. Reconheceu, contudo, que, à data da reunião, essa sinalética ainda não se encontrava instalada. ----- Acrescentou que será providenciada a colocação do respetivo aviso informativo, de forma a alertar a população para o facto de aquele espaço não reunir as condições adequadas para utilização balnear e para os riscos associados à sua frequência. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção o Ponto Um, relativo ao Relatório sobre Atividade Municipal Camarária e Financeira, foi encerrado, ficando registado que a Assembleia Municipal, tomou conhecimento. -----

PONTO DOIS - I N.º 54/2026 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - DESIGNAÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO PARA O CONSELHO CONSULTIVO DA UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SÃO MIGUEL (USISM) - Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi introduzida a seguinte Proposta de Deliberação: -----
Pela Presidente da Câmara Municipal foi introduzida a seguinte Proposta de Deliberação: --
«Considerando que: -----

- ✓ A Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo recebeu comunicação da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel (USISM), através do seu Secretariado, solicitando a designação urgente de dois representantes deste órgão deliberativo municipal para integrar o Conselho Consultivo da USISM; -----
- ✓ Nos termos do Decreto Regulamentar Regional n.º 28/2023/A, que estabelece a organização e funcionamento da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel, o Conselho Consultivo integra representantes de diversas entidades e instituições, incluindo representantes municipais, assumindo um importante papel de participação, articulação institucional e acompanhamento das políticas de saúde na ilha; -----



- ✓ A referida solicitação decorre da cessação de funções dos anteriores representantes, em consequência da renovação dos órgãos autárquicos resultante das últimas eleições autárquicas; -----
- ✓ A participação da Assembleia Municipal neste órgão consultivo constitui uma forma relevante de representação dos interesses da população do concelho de Vila Franca do Campo nas matérias relacionadas com a saúde pública, cuidados de saúde primários e organização dos serviços de saúde, -----

A Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo delibera: -----

- a) Designar Daniela da Cunha e Bruno Miguel Arruda Machado, membros desta Assembleia Municipal, como representantes da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo no Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel (USISM); -----**
- b) Comunicar a presente deliberação ao Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel, remetendo os respetivos elementos de identificação e contactos dos designados.» -----**

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Ponto Dois, relativo à Designação de Dois Representantes da Assembleia Municipal para o Conselho Consultivo da USISM, foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO TRÊS - I N.º 58/2026 - INFORMAÇÃO - SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - EMPRESAS MUNICIPAIS - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2025 - Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi introduzida a seguinte informação, apresentada pela Câmara Municipal na sequência da respetiva Reunião Ordinária Pública que teve lugar no dia 22 de abril de 2026, e que a seguir se transcreve: -----
«Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, apresenta-se à Câmara Municipal, para conhecimento e posterior envio à Assembleia Municipal para o mesmo efeito, o documento de prestação anual de contas da seguinte entidade que compõe o sector empresarial local do Município de Vila Franca do Campo: SDVF - Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social de Vila Franca do Campo, SA. » -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal apresentou o Relatório de Gestão e Contas de 2025 da empresa SDVF - Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social de Vila Franca do Campo S.A., referindo que a empresa municipal assegura a gestão de 51 (cinquenta e uma) habitações sociais no Bairro Nossa Senhora da Piedade, na freguesia de Ponta Garça. -----
Informou que as receitas provenientes da gestão destas habitações ascenderam a 337.234,92



€ (trezentos e trinta e sete mil, duzentos e trinta e quatro euros e noventa e dois cêntimos), valor idêntico ao registado em 2024, uma vez que não se verificou qualquer atualização das rendas. -----

Relativamente aos gastos, referiu que se registou um aumento de 41.730,14 € (quarenta e um mil e setecentos e trinta euros e quatorze cêntimos) face ao exercício anterior, totalizando 220.567,57 € (duzentos e vinte mil, quinhentos e sessenta e sete euros e cinquenta e sete cêntimos). Explicou que este acréscimo resultou, essencialmente, de um maior investimento em obras de conservação e manutenção das habitações. -----

Acrescentou que o exercício de 2025 apurou um resultado líquido positivo de 102.586,75 € (cento e dois mil, quinhentos e oitenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos), propondo-se que este montante seja transferido para a rubrica de Resultados Transitados. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Municipal André Mansinho que referiu que a apreciação das contas não deve limitar-se à análise da gestão financeira da Câmara Municipal, devendo igualmente abranger a atividade e os resultados das empresas municipais, cujas contas integram posteriormente as demonstrações financeiras consolidadas do Município. Destacou o resultado líquido positivo apresentado pela SDVF - Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social de Vila Franca do Campo S.A., considerando-o um indicador relevante da gestão desenvolvida. -----

Sublinhou ainda, com particular satisfação, a inexistência de dívidas de clientes por cobrar. Referiu que, atendendo ao facto de a principal atividade da empresa municipal consistir na gestão do arrendamento habitacional dos bairros sociais, é especialmente positivo verificar que não existem valores em dívida por parte dos residentes das habitações sob gestão da empresa. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Deputada Municipal, Mariana Salema, que no seguimento da sua intervenção anterior, solicitou esclarecimentos relativamente ao acompanhamento e fiscalização das habitações sociais geridas pela SDVF - Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social de Vila Franca do Campo S.A. -----

Questionou qual a periodicidade com que são realizadas ações de verificação do estado de conservação e utilização das moradias, bem como dos respetivos cuidados por parte dos arrendatários. Solicitou ainda informação sobre os valores das rendas atualmente praticadas, designadamente qual o intervalo entre a renda mínima e a renda máxima aplicada. Referiu que presume que os montantes variem em função da tipologia das habitações e da capacidade económica dos agregados familiares, mas considerou relevante que essa informação fosse partilhada para conhecimento da Assembleia Municipal. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o representante do Município na SDVF - Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social de Vila Franca do Campo



S.A., é o Senhor Vice-Presidente Carlos Pimentel, pelo que este poderia prestar esclarecimentos adicionais sobre as questões colocadas. -----

Relativamente à fiscalização e acompanhamento das habitações, referiu que o mesmo é efetuado com regularidade pela coordenadora responsável, Dra. Teresa Alvernaz, que acompanha de perto a realidade dos bairros habitacionais e realiza visitas frequentes ao local, desenvolvendo, na sua opinião, um trabalho de grande relevância nesta área. -----

Quanto aos valores das rendas praticadas, informou não dispor, naquele momento, de informação detalhada, admitindo que o Senhor Vice-Presidente pudesse possuir um conhecimento mais aprofundado sobre essa matéria e prestar os esclarecimentos complementares solicitados. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Carlos Pimentel, esclareceu que integra os órgãos SDVF - Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social de Vila Franca do Campo S.A., e que acompanha regularmente a atividade da empresa em articulação com a respetiva responsável, Dra. Teresa Alvernaz. Referiu que o acompanhamento das habitações sociais é efetuado de forma periódica, realizando-se reuniões e visitas sempre que necessário, com especial enfoque na conservação e manutenção do parque habitacional. ---- Salientou que uma das principais dificuldades atualmente sentidas prende-se com a escassez de empreiteiros disponíveis para executar pequenas obras de reparação e manutenção, uma vez que a elevada procura de mão de obra no setor da construção civil dificulta a resposta às necessidades existentes. -----

Acrescentou que o objetivo da empresa passa por assegurar uma gestão equilibrada, procurando canalizar o máximo possível das receitas obtidas para a conservação e melhoria das habitações. Considerou que, de uma forma geral, as moradias se encontram em condições aceitáveis, embora existam algumas situações que exigem intervenção. -----

Destacou, em particular, a necessidade de substituir progressivamente os alpendres em madeira construídos no passado, sempre que estes deixem de reunir as condições adequadas de segurança para os moradores. -----

Referiu ainda a existência de problemas ao nível das coberturas das habitações, explicando que os telhados assentam diretamente sobre a estrutura de suporte, situação que potencia o levantamento de telhas durante episódios de vento forte. Considerou, por isso, necessária a realização de uma intervenção estrutural nas coberturas, mediante a aplicação de soluções técnicas adequadas, de forma a reforçar a segurança das habitações e prevenir futuros danos materiais ou riscos para pessoas e bens. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal acrescentou que os valores das rendas praticadas nas habitações sociais são calculados em função da situação económica dos respetivos agregados familiares, não existindo, por isso, um valor único aplicável a todas as



habitações. Comprometeu-se, contudo, a remeter à Senhora Deputada Mariana Salema, por intermédio do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informação mais detalhada sobre os valores das rendas atualmente praticadas e os respetivos critérios de cálculo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu o compromisso assumido pela Senhora Presidente da Câmara Municipal e informou que, logo que recebesse a informação referida, a mesma seria partilhada com todos os Senhores e Senhoras Deputados Municipais. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Deputado Municipal Octávio Andrade, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça, que colocou uma questão ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal relativamente à gestão das habitações sociais. -----

Questionou quando se prevê que a gestão das referidas habitações transite da empresa municipal para a Câmara Municipal, esclarecendo que a sua preocupação se prende, sobretudo, com a intervenção nos espaços exteriores envolventes. Referiu que pretende perceber em que momento será possível proceder a eventuais intervenções nesses espaços. -

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal esclareceu que subsiste ainda uma participação residual no capital social da empresa, correspondente a cerca de 5%, pertencente a uma entidade que se encontra em processo de insolvência. Referiu que o Município aguarda uma decisão judicial que permita a transferência da totalidade do capital social para a esfera municipal. Explicou que apenas após a conclusão desse processo será possível ponderar a eventual internalização da empresa no Município, solução que, na sua opinião, fará sentido quando estiverem reunidas as condições necessárias para o efeito. ---- Acrescentou que a atual situação cria algumas limitações na gestão corrente, nomeadamente no que respeita à realização de pequenas obras de manutenção e reparação. Explicou que os serviços municipais não podem intervir diretamente em património pertencente a uma empresa municipal sem o devido enquadramento legal, motivo pelo qual existe especial cuidado em garantir que todas as intervenções sejam efetuadas de acordo com as normas e procedimentos legalmente aplicáveis. Concluiu referindo que esta circunstância condiciona a capacidade de resposta a algumas necessidades identificadas, aguardando-se a resolução da situação societária para uma maior simplificação dos procedimentos de gestão e manutenção. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça, Octávio Andrade solicitou um esclarecimento adicional, questionando se, independentemente da situação jurídica da empresa e da participação social ainda pendente, a Câmara Municipal dispõe de competência para intervir nos espaços exteriores envolventes às habitações. ----- Concretizou a sua questão perguntando se o Município pode promover ações de



beneficiação e embelezamento desses espaços, bem como instalar equipamentos ou realizar outras intervenções de valorização urbana nas áreas exteriores, ainda que não possa intervir diretamente nas habitações enquanto subsistir a atual estrutura societária da empresa. ----- Em resposta à questão colocada, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal esclareceu que as limitações decorrentes da atual situação jurídica do empreendimento têm condicionado a concretização de algumas intervenções nos espaços exteriores. Referiu, a título de exemplo, que há cerca de um ou dois anos foi equacionada a construção de um parque infantil e de um Skate Park numa área considerada adequada para esse efeito. Contudo, o projeto não pôde avançar devido a constrangimentos relacionados com a titularidade e enquadramento jurídico dos terrenos. -----

Acrescentou que subsistem igualmente outras situações por regularizar, nomeadamente relacionadas com a localização do reservatório de gás que abastece as habitações, o qual foi implantado num lote diferente daquele inicialmente previsto. Explicou que estas questões terão de ser resolvidas no âmbito da regularização global do empreendimento. Salientou ainda que algumas das intervenções previstas poderiam beneficiar de financiamento comunitário, mas que a inexistência de toda a documentação necessária relativa aos lotes em causa dificultou a apresentação de candidaturas e a obtenção dos respetivos apoios. ----- Concluiu referindo que estas condicionantes continuam a constituir um obstáculo à concretização de determinados investimentos e melhorias no empreendimento, aguardando-se a resolução da situação jurídica existente para ultrapassar essas limitações. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal. -----

Não se registando mais intervenções sobre o Ponto Três, relativo ao Relatório de Gestão de Contas 2025 da SDVF - Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social de Vila Franca do Campo S.A., foi encerrado, ficando registado que a Assembleia Municipal, tomou conhecimento. -----

PONTO QUATRO - I N.º 62/2026 - INFORMAÇÃO - SECTOR EMPRESARIAL LOCAL EMPRESAS MUNICIPAIS - RELATÓRIO DE CONTAS DE GESTÃO E CONTAS DE 2025 - (MARINA DA VILA - INDÚSTRIA DE MARINAS E RECREIO, EM.) - Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi introduzida a seguinte

informação, apresentada pela Câmara Municipal na sequência da respetiva Reunião Ordinária que teve lugar no dia 6 de maio de 2026 e que a seguir se transcreve: -----

«Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, apresenta-se à Câmara Municipal, para conhecimento e posterior envio à Assembleia Municipal para o mesmo efeito, o documento de prestação



anual de contas da seguinte entidade que compõe o sector empresarial local do Município de Vila Franca do Campo: Marina da Vila - Indústria de Marinas e Recreio, E.M.» -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal apresentou um resumo do Relatório de Gestão e Contas de 2025 da Marina da Vila – Indústria de Marinas e Recreio, E.M., com base na informação facultada pelo respetivo Conselho de Administração. -----

Referiu que o exercício de 2025 ficou marcado por circunstâncias com impacto direto na atividade da marina, nomeadamente o encerramento do Ilhéu de Vila Franca do Campo e o atraso na conclusão de algumas obras nas galerias comerciais. -----

Informou que a Marina da Vila dispõe atualmente de 140 (cento e quarenta) lugares de amarração permanente, tendo registado uma taxa de ocupação de 95% (noventa e cinco por cento) durante o ano de 2025. -----

Esclareceu que as receitas da empresa resultam, essencialmente, do aluguer de lojas, armazéns, bares, estacionamento e lugares de amarração em terra e no mar. Acrescentou que o volume de negócios registou um aumento de 22,85% (vinte e dois vírgula oitenta e cinco por cento) face ao ano anterior, correspondente a um acréscimo superior a 45.000 € (quarenta e cinco mil euros). -----

Relativamente aos recursos humanos, referiu que o quadro de pessoal era constituído por sete trabalhadores, representando os respetivos encargos cerca de 81% (oitenta e um por cento) dos gastos da empresa. -----

Indicou ainda que os rendimentos ascenderam a mais de 242.000 € (duzentos e quarenta e dois mil euros), refletindo um aumento de cerca de 23% (vinte e três por cento) em comparação com o exercício anterior. Quanto aos gastos, estes totalizaram aproximadamente 235.000 (duzentos e trinta e cinco mil euros), traduzindo um aumento de 19% (dezanove por cento), explicado sobretudo pela atualização da tabela remuneratória ocorrida em 2025. -----

Concluiu salientando que, no início de 2025, foi possível voltar a alcançar resultados positivos, consolidando-se a trajetória de recuperação financeira que se vem verificando desde os anos de 2020 e 2021. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não se registando quaisquer intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal sobre o Ponto Quatro, relativo ao Relatório de Gestão e Contas de 2025 da Marina da Vila – Indústria de Marinas e Recreio, E.M., deu o assunto por concluído, ficando registado que a Assembleia Municipal, tomou conhecimento. -----

PONTO CINCO - I N.º 55/2026 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO PONTUAL AO MAPA DE PESSOAL - CRIAÇÃO DE POSTO DE TRABALHO - Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi introduzida a seguinte Proposta de Deliberação, apresentada pela Câmara Municipal na sequência da respetiva



Reunião Ordinária que teve lugar no dia 3 de junho de 2026, e que a seguir se transcreve: --
«O trabalhador titular do posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior, na área funcional de Arquitetura, na Unidade Orgânica de Gestão de Urbanística e Infraestruturas Municipais, foi designado para exercer o cargo de Chefe de Divisão, em regime de comissão de serviço, através do Despacho n.º 23, datado de 28 de maio de 2026, com efeitos a partir de 1 de junho de 2026. -----

Nos termos da Lei, o exercício de cargos dirigentes suspende o vínculo de origem, mantendo o trabalhador o direito ao seu lugar. Assim, o referido posto de trabalho de Técnico Superior (Arquitetura) fica legalmente cativo, não podendo ser preenchido por recrutamento definitivo enquanto durar a comissão de serviço. -----

Contudo, as funções técnicas de arquitetura que eram asseguradas pelo referido trabalhador, **são imprescindíveis para o regular funcionamento dos serviços municipais** e cumprimento dos prazos legais de resposta aos munícipes. -----

Para suprir esta ausência, torna-se indispensável criar um posto de trabalho equivalente no Mapa de Pessoal para permitir a contratação de um Técnico Superior na área funcional de Arquitetura. -----

Considerando ainda que pelo despacho n.º 7061/2026 publicado no Diário da República n.º 106/2026 - Série II de 2 de junho de 2026, foi anulado o procedimento concursal comum para o recrutamento de um Técnico Superior na área funcional de Direito. -----

Assim, com os fundamentos supra invocados, propõe-se à Câmara Municipal que delibere aprovar: -----

- ✓ A alteração ao Mapa de Pessoal, nomeadamente à abertura de 1 (um) posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior na área funcional de Arquitetura, associado à Unidade Orgânica de Gestão Urbanística e Infraestruturas Municipais que a esta proposta de deliberação se anexa; -----
- ✓ Autorizar a abertura do respetivo procedimento concursal/recrutamento para o preenchimento deste novo posto, salvaguardando a respetiva cabimentação orçamental; -----
- ✓ Proceder à alteração da deliberação n.º 130/2025 - I n.º 12088/2025 - proposta de deliberação - alteração da deliberação com o n.º 51/2025, de 23 de abril (autorização para abertura de procedimentos concursais comuns para o recrutamento de trabalhadores), de 19 de novembro de 2025, no que respeita à área de recrutamento para a Referência A.4.: 1 (um) posto(s) de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, para o Gabinete Jurídico - Direito, que passa ser a seguinte: Referência A.4.: *1 (um) posto(s) de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, para o Unidade Orgânica de Gestão Urbanística e Infraestruturas Municipais - Arquitetura;* -----

Considerando os recrutamentos já realizados dos três cargos de direção intermédia de 2.º grau, para dirigir a Divisão/Unidade Orgânica de Gestão Administrativa, para dirigir a



Divisão/Unidade Orgânica de Gestão Financeira e para dirigir a Divisão/Unidade Orgânica de Gestão Urbanística e Infraestruturas Municipais e o seu início de funções, no que diz respeito à composição do Júri para o procedimento concursal acima elencado na Referência A.4, ao qual competirá assegurar a respetiva tramitação, a mesma passa a ser a seguinte: ---

Presidente: -----
Pedro Mota Andrade Pacheco de Medeiros, Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Infraestruturas Municipais -----

Vogais Efetivos: -----
Paula Cristina Furtado Rodrigues Gaspar, Chefe de Divisão de Gestão Administrativa, que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos. -----
Dina da Conceição Botelho Pimentel Mota Peixoto, Chefe de Divisão de Gestão Financeira

Vogais Suplentes: -----
João Manuel Sousa Medeiros, Técnico Superior -----
Cristina da Conceição Duque Martins, Técnico Superior» -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal apresentou a proposta de alteração pontual ao Mapa de Pessoal, explicando que a mesma decorre da designação do titular de um posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior, na área de Arquitetura, para o exercício do cargo de Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo, com efeitos a partir de 1 de junho de 2026. Esclareceu que, nos termos legais aplicáveis, o trabalhador mantém o direito ao seu lugar de origem, pelo que o respetivo posto de trabalho permanece cativo enquanto exercer funções dirigentes. -----

Referiu, contudo, que as funções técnicas anteriormente desempenhadas por aquele trabalhador, designadamente a emissão de pareceres técnicos indispensáveis ao regular funcionamento dos serviços de Planeamento e Urbanismo, continuam a ser necessárias. Acrescentou que, em virtude das novas funções exercidas enquanto dirigente, o mesmo não pode acumular a elaboração de pareceres técnicos sobre processos que posteriormente lhe competirá despachar. Neste contexto, justificou a necessidade de criação de um novo posto de trabalho no Mapa de Pessoal, de forma a possibilitar a contratação de um Técnico Superior na área de Arquitetura, garantindo a continuidade e o normal funcionamento dos serviços municipais. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Municipal, Mariana Salema que esclareceu que não colocava em causa a necessidade da criação de um posto de trabalho na área da Arquitetura, atendendo ao facto de o anterior titular ter assumido funções de direção. Referiu, contudo, que lhe suscitava dúvidas a composição do júri do procedimento concursal, por verificar que apenas um dos seus membros possui formação técnica diretamente relacionada com a área da Arquitetura. Questionou se esta composição corresponde às práticas habitualmente adotadas noutros



municípios e quais os critérios que presidiram à escolha dos restantes elementos do júri, tendo em conta a natureza especializada do posto de trabalho a preencher. -----

Recordou ainda um debate anterior relacionado com a constituição do júri do concurso do Pão do Vigário, salientando que não colocava em causa a idoneidade dos procedimentos nem a confiança nos elementos designados pelo Executivo Camarário. Considerou, contudo, pertinente compreender as razões que justificaram a opção por um júri cuja maioria dos membros não possui formação específica na área técnica objeto do concurso. -- Concluiu solicitando esclarecimentos sobre a fundamentação e adequação da composição do júri proposto. -----

A Senhora Presidente Graça Ventura Melo, esclareceu que a constituição do júri do procedimento concursal obedece aos requisitos legalmente previstos, integrando técnicos superiores e dirigentes da autarquia. Referiu que, embora o Município não disponha de um número alargado de técnicos da área da Arquitetura para integrar o júri, os seus membros possuem experiência e contacto direto com as matérias relacionadas com as obras municipais, o planeamento e o urbanismo, áreas com as quais trabalham regularmente. Explicou ainda que o procedimento concursal assentou essencialmente na avaliação curricular dos candidatos, tendo sido ponderados diversos fatores objetivos, aos quais corresponde uma grelha de pontuação previamente definida. Informou que se apresentaram dois candidatos ao concurso, verificando-se uma diferença significativa ao nível da experiência profissional e do percurso curricular, circunstância que se refletiu na avaliação efetuada. -----

Sublinhou que a atribuição de classificações decorre da aplicação de critérios objetivos e previamente estabelecidos, reduzindo a margem para apreciações subjetivas. ----- Concluiu afirmando que não considerou necessária a integração de elementos externos ao Município no júri, uma vez que tal não constitui uma exigência legal para este tipo de procedimento e que os membros designados reuniam as competências necessárias para o desempenho dessas funções. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, Luís Gomes, que solicitou um esclarecimento relativamente à proposta em apreciação. Referiu ter compreendido que o atual arquiteto da Câmara Municipal foi designado para exercer as funções de Chefe da Divisão de Gestão Urbanística e Infraestruturas Municipais, mantendo, contudo, o direito ao seu lugar de origem na carreira de Técnico Superior na área de Arquitetura. Neste contexto, questionou se a criação de um novo posto de trabalho para recrutamento de outro arquiteto poderá conduzir, futuramente, à existência de dois técnicos na mesma área, caso o atual Chefe de Divisão venha a cessar funções dirigentes e opte por regressar ao seu posto de trabalho de origem. -----



Solicitou, por isso, esclarecimentos sobre a forma como essa situação será gerida e enquadrada no mapa de pessoal do Município de Vila Franca do Campo. -----

Em resposta à questão colocada pelo Deputado Municipal Senhor Luís Gomes, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, a Senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o atual Chefe da Divisão de Gestão Urbanística e Infraestruturas Municipais mantém o direito ao seu lugar de origem na carreira de Técnico Superior na área de Arquitetura, encontrando-se esse posto de trabalho cativo enquanto exercer funções dirigentes. -----

Referiu que a necessidade de criar um posto de trabalho resulta da impossibilidade dos serviços aguardarem pela definição futura da situação do dirigente, uma vez que as funções técnicas anteriormente desempenhadas continuam a ser indispensáveis ao normal funcionamento dos serviços. Acrescentou que o procedimento concursal e o eventual recrutamento de um novo arquiteto exigem tempo, incluindo o respetivo período experimental, pelo que o Executivo Camarário entendeu ser necessário acautelar desde já a continuidade do serviço. -----

Manifestou ainda a convicção de que o atual titular permanecerá no exercício das funções de Chefe de Divisão, embora reconhecendo que tal dependerá sempre da evolução futura da situação. Referiu ainda que, caso venha a deixar aquelas funções, a situação será então analisada e resolvida de forma adequada, procurando evitar a existência de postos de trabalho desnecessários. Informou também que, enquanto o procedimento concursal decorre, o Município tem recorrido à prestação de serviços de um arquiteto avençado para assegurar a tramitação dos processos e a emissão dos pareceres necessários, evitando constrangimentos na atividade dos serviços, nomeadamente na área das empreitadas e das operações urbanísticas em curso. -----

Por fim, esclareceu que a decisão de avançar com a criação deste posto de trabalho foi igualmente facilitada pelo facto de existir autorização prévia para recrutamento, anteriormente concedida no âmbito de um procedimento destinado à área do Direito que foi anulado. Explicou que a utilização dessa autorização para a área da Arquitetura não implica um acréscimo da despesa previamente autorizada, não representando, por isso, uma sobrecarga financeira adicional para o Município de Vila Franca do Campo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Nuno Paiva, que pediu um esclarecimento adicional relativamente à situação do posto de trabalho a criar. Questionou se, após o período experimental de seis meses, o técnico recrutado passará automaticamente a integrar os quadros do Município ou se o vínculo ficará sujeito a renovação por novo período. Acrescentou que a sua dúvida se prende com a eventual possibilidade de, no futuro, coexistirem dois arquitetos nos serviços municipais, caso o atual Chefe da Divisão de Gestão Urbanística e Infraestruturas



Municipais venha a regressar ao seu posto de trabalho de origem, pretendendo assim perceber se esse risco subsiste ou se existe algum mecanismo que o previna. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu que nada impede, do ponto de vista legal, que o Município venha a dispor de dois arquitetos nos seus quadros. Contudo, atendendo à dimensão da autarquia e às necessidades atualmente identificadas, considera que essa não será, previsivelmente, a solução a adotar. Referiu que o arquiteto a recrutar estaria sujeito ao respetivo período experimental legalmente previsto. ----- Acrescentou que, durante esse período, será possível avaliar a evolução da situação e as necessidades efetivas dos serviços, sendo posteriormente tomada uma decisão quanto à solução mais adequada para a organização municipal e para o funcionamento da Divisão de Gestão Urbanística e Infraestruturas Municipais. -----

O Senhor Deputado Municipal, Nélío Saldanha no uso da palavra concedida, referiu compreender a preocupação anteriormente manifestada pelo Senhor Deputado Municipal Luís Gomes relativamente à eventual coexistência de dois arquitetos nos quadros do Município. Contudo, salientou que os procedimentos concursais para recrutamento de pessoal são, por norma, demorados, envolvendo várias fases, desde a abertura do concurso até à conclusão da avaliação dos candidatos e respetiva contratação. Manifestou concordância com a posição defendida pela Senhora Presidente da Câmara Municipal. Acrescentou que o Executivo Municipal necessita de assegurar o regular funcionamento dos serviços técnicos e que a prestação de serviços atualmente existente poderá não ser suficiente para responder a todas as necessidades dos serviços, atendendo às exigências próprias da atividade profissional dos técnicos externos. Referiu ainda que, mesmo no cenário de o Município vir a dispor de dois arquitetos, essa situação poderia contribuir para uma maior capacidade de resposta dos serviços, nomeadamente ao nível da emissão de pareceres técnicos, do licenciamento urbanístico e da tramitação de processos relacionados com a habitação e a construção. -----

Concluiu manifestando o seu entendimento de que a proposta em apreciação se justifica e merece voto favorável, por considerar que a continuidade e a eficiência dos serviços municipais devem ser salvaguardadas. -----

A Senhora Deputada Municipal, Mariana Salema tomou a palavra e, reportando-se à referência anteriormente efetuada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal relativamente à existência de uma prestação de serviços na área da Arquitetura, solicitou esclarecimentos adicionais sobre essa matéria. -----

Questionou com que entidade ou profissional foi celebrado o respetivo contrato de avença e se o mesmo tem carácter temporário, motivado pela necessidade de assegurar a continuidade do serviço até à conclusão do procedimento concursal e à integração de um novo técnico. Perguntou ainda se o recurso a este tipo de prestação de serviços constitui



uma solução pontual decorrente das atuais circunstâncias ou se corresponde a uma prática utilizada com alguma regularidade pelo Município de Vila Franca do Campo para suprir necessidades na área da Arquitetura. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a Autarquia mantém uma avença com o Arquiteto Luís Francisco Gomes Menezes há mais de vinte anos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Carlos Braga. O mesmo solicitou esclarecimentos relativamente ao valor anual da avença referida pela Senhora Presidente da Câmara Municipal. -----

Em resposta, a Senhora Presidente da Câmara Municipal informou não dispor, naquele momento, da informação pretendida. -----

Perante esse esclarecimento, o Senhor Deputado Municipal, Carlos Braga referiu considerar importante conhecer o valor associado à referida avença, de forma a permitir uma comparação entre os custos decorrentes da contratação de serviços externos e os encargos resultantes da criação de um novo posto de trabalho nos quadros do Município. Acrescentou que a Câmara Municipal já recorre a outras prestações de serviços especializadas, nomeadamente na área da medicina veterinária, pelo que entende ser relevante conhecer os custos associados a cada solução. Considerou que essa informação permitiria avaliar de forma mais completa o diferencial financeiro existente entre a manutenção de uma avença e a contratação de um técnico superior na área da Arquitetura. - Concluiu referindo que a disponibilização desses elementos contribuiria para uma melhor apreciação da proposta em análise e para uma tomada de decisão mais esclarecida por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra que lhe foi concedida, informou que faria chegar ao Senhor Deputado Municipal, Carlos Braga a informação solicitada, incluindo os dados relativos aos encargos associados às prestações de serviços e aos postos de trabalho nas áreas de Arquitetura e Direito. -----

A Senhora Presidente aproveitou ainda para referir que o recrutamento de Técnicos Superiores qualificados para estas áreas tem revelado algumas dificuldades. Recordou que os candidatos que compareceram ao procedimento concursal para a área do Direito não possuíam licenciatura adequada à área funcional em causa. Assim, tendo em conta a necessidade de contratação de um Técnico Superior na área da Arquitetura, propõe-se a alteração da área funcional prevista, de forma a permitir a abertura do procedimento concursal para o recrutamento de um Arquiteto. -----

Considerou que estes factos demonstram as dificuldades existentes na atração de profissionais para estas funções, admitindo que o novo procedimento concursal a abrir na área da Arquitetura poderá enfrentar os mesmos constrangimentos. Ainda assim, reafirmou



a intenção do Município de avançar com o processo de recrutamento, na expectativa de conseguir assegurar os recursos humanos necessários ao funcionamento dos serviços. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não se registando mais intervenções, submeteu à votação a proposta de alteração pontual ao Mapa de Pessoal, destinada à criação de um posto de trabalho na área da Arquitetura. -----

Colocada à votação o Ponto Cinco, relativo à Alteração Pontual ao Mapa de Pessoal – Criação de Posto de Trabalho, foi aprovada por maioria com cinco abstenções do Partido Social Democrata. -----

PONTO SEIS - I N.º 47/2026 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - APROVAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DE 2025 - Pelo Presidente da Assembleia Municipal

foi introduzida a seguinte Proposta de Deliberação, apresentada pela Câmara Municipal na sequência da respetiva Reunião Ordinária Pública que teve lugar no dia 20 de maio de 2026 e que a seguir se transcreve: -----

«A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina no n.º 2 do seu artigo 76.º que os documentos de prestação de contas consolidadas são elaborados e aprovados pelo órgão executivo e submetidos ao órgão deliberativo, para apreciação em sessão ordinária. -----

Face ao exposto, envio os respetivos documentos de Prestação de Contas Consolidadas de 2025, para serem agendadas na próxima reunião do executivo». -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal apresentou, de forma sintética, a proposta relativa à aprovação das Contas Consolidadas de 2025. -----

Informou que o resultado líquido consolidado do exercício de 2025 se apresenta positivo, no montante de 1.063.496,82 € (um milhão, sessenta e três mil, novecentos e noventa e seis euros e oitenta e dois centimos), sendo 1.048.108,81 € (um milhão, quarenta e oito mil, cento e oito euros e oitenta e um centimos) atribuíveis à entidade-mãe e 15.388,01 € (quinze mil, trezentos e oitenta e oito euros e um centimo) aos restantes participantes. -----

Referiu que estes resultados evidenciam que os rendimentos gerados pelo grupo público municipal foram suficientes para fazer face aos respetivos gastos, refletindo uma situação financeira consolidada positiva. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Nuno Paiva que referiu ter analisado a documentação disponibilizada e solicitou um esclarecimento relativamente aos valores da dívida ao Fundo de Apoio Municipal (FAM). Observou que, nas Contas Consolidadas de 2025, o passivo de longo prazo evidencia uma dívida ao FAM no montante de 27.830.693,37 € (vinte e sete milhões, oitocentos e trinta mil, seiscentos e noventa e três euros e trinta e sete centimos). Contudo,



verificou que no relatório financeiro mais recente, datado de 29 de maio de 2026, o valor dos empréstimos ascende a 27.977.691,68 € (vinte e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil, seiscentos e noventa e um euros e sessenta e oito cêntimos). Face à diferença verificada entre os dois documentos, de aproximadamente 147 000,00 € (cento e quarenta e sete mil euros), questionou se tal resulta de algum lapso material, de uma diferença de critérios contabilísticos ou de outra circunstância justificativa. -----
Concluiu solicitando esclarecimentos sobre a origem desta divergência, por considerar importante compreender a evolução dos valores apresentados antes da votação da proposta em apreciação. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal respondeu que poderá existir algum lapso ou diferença que justifique a divergência identificada pelo Deputado Municipal Nuno Paiva. --
Informou que iria contactar a Chefe da Divisão de Gestão Financeira com o objetivo de verificar a situação e apurar se se trata de um erro material ou se existe uma explicação técnica para a diferença de valores apresentada entre os documentos referidos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Carlos Braga. Que referiu que, na última Sessão da Assembleia Municipal (21.04.2026), o Senhor Deputado Municipal, André Mansinho elogiou a gestão do Município, destacando a existência de um saldo positivo de €1.063.082, (um milhão, sessenta e três mil e oitenta e dois euros), valor que considerou demonstrativo de uma boa gestão financeira. -----

Todavia, o Senhor Deputado Municipal Carlos Braga salientou que é necessário analisar esse resultado de forma mais aprofundada. Na sua perspetiva, embora o saldo positivo possa traduzir um bom desempenho do ponto de vista contabilístico e financeiro, o mesmo revela uma realidade diferente ao nível da gestão do investimento. Considerou, por isso, que a situação não foi apenas menos positiva, mas sim péssima em termos de gestão dos investimentos, uma vez que o saldo apresentado resulta, essencialmente, de uma taxa de execução do investimento muito baixa. -----

Acrescentou que é importante que a população compreenda que a existência de dinheiro disponível não constitui necessariamente um indicador de boa gestão. Na sua opinião, quando esse saldo resulta da não concretização dos investimentos previstos, tal situação não deve ser encarada como positiva. Reiterou, por isso, que o resultado alcançado foi péssimo em matéria de investimento, precisamente porque os projetos programados não foram executados na medida desejável. -----

Referiu ainda que a insuficiente execução orçamental do investimento durante o ano anterior terá consequências futuras para o Município. Explicou que os 1.063.082 € (um milhão, sessenta e três mil e oitenta e dois euros). que não foram investidos atempadamente dificilmente permitirão realizar hoje os mesmos investimentos, estimando que, face à inflação e às atuais condições económicas e financeiras, sejam agora necessários cerca de



1.500.000 € (um milhão e quinhentos mil euros), para concretizar obras ou intervenções equivalentes. -----

O Senhor Deputado Municipal reconheceu que o período em análise coincidiu com um ano de transição entre o anterior executivo camarário e o atual, circunstância que poderá ajudar a explicar algumas dificuldades verificadas. Ainda assim, reafirmou que o resultado alcançado foi péssimo do ponto de vista da execução do investimento municipal. -----

Manifestou a expectativa de que, no corrente ano, a taxa de execução do investimento seja significativamente superior, ultrapassando os 70%, (setenta por cento), valor geralmente apontado como um referencial mínimo desejável. Acrescentou que o cenário ideal seria atingir uma taxa de execução entre os 85% (oitenta e cinco por cento) e os 90%, (noventa por cento), demonstrando que os investimentos previstos para Vila Franca do Campo foram efetivamente concretizados. -----

Concluiu afirmando que, do ponto de vista da boa gestão pública, seria preferível terminar o ano com uma elevada taxa de execução dos investimentos e com resultados financeiros equilibrados, do que apresentar elevados saldos resultantes da não realização de investimentos. Nesse sentido, salientou que a mera existência de dinheiro disponível em caixa não deve, por si só, ser interpretada como um sinal de boa gestão. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, André Mansinho, que declarou que convidava o Senhor Deputado Municipal Carlos Braga a rever as suas intervenções, por considerar que a análise por si efetuada mencionou efetivamente a existência de um resultado positivo. Referiu recordar-se perfeitamente das palavras que proferiu na ocasião, sublinhando que reconheceu a existência desse resultado positivo, sem que tal significasse ignorar outras dimensões da análise financeira. -----

Acrescentou que não pretendia entrar num debate sobre se uma Câmara Municipal deve ou não apresentar resultados positivos, recordando que, ao longo dos últimos quatro anos, enquanto Deputado Municipal da Assembleia de Freguesia da Ribeira Seca e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, estando presente poderia confirmar, caso assim o entendesse, defendi exatamente o contrário. -----

Sustentou, por isso, que as afirmações do Senhor Deputado Municipal Carlos Braga não correspondem integralmente à verdade dos factos. Não obstante, afirmou que, na sua opinião, será sempre preferível que uma Câmara Municipal encerre o exercício com um resultado positivo do que com milhões de euros de prejuízos acumulados. -----

Concluiu reafirmando que, embora reconheça que existem aspetos que podem e devem ser melhorados na gestão municipal, considera mais favorável a existência de resultados positivos do que a acumulação de resultados negativos com impacto nas finanças do Município. -----



Em resposta à intervenção do Senhor Deputado Municipal André Mansinho, o Senhor Deputado Municipal Carlos Braga esclareceu que não se deve confundir o resultado líquido do exercício com o nível de endividamento do Município. Referiu que a dívida constitui uma realidade distinta, devidamente identificada e enquadrada nas contas municipais, enquanto o resultado líquido decorre da atividade desenvolvida durante o exercício económico em análise. -----

Concluiu salientando que essa distinção é relevante para a correta interpretação dos indicadores financeiros apresentados. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para recordar observações anteriormente efetuadas relativamente às taxas de execução do investimento, referindo que esta é uma preocupação transversal à generalidade dos municípios da Região Autónoma dos Açores. Informou que, em reuniões realizadas entre os diversos municípios da Região, foi possível constatar que as taxas de execução têm sido globalmente reduzidas, verificando-se mesmo situações em que determinados projetos financiados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) registaram níveis de execução muito baixos ou inexistentes. -----

Salientou que existe empenho, quer por parte das Autarquias, quer por parte do Governo Regional dos Açores, na concretização dos investimentos programados, mas que persistem constrangimentos significativos que dificultam a sua execução. Entre esses constrangimentos destacou a escassez de mão de obra qualificada, o aumento dos custos dos materiais de construção, as revisões de preços dos contratos e as dificuldades sentidas pelos empreiteiros na execução das obras, circunstâncias que, em alguns casos, levam ao abandono ou à não adjudicação de contratos públicos. -----

Afirmou que estas dificuldades são uma realidade sentida em toda a Região, desde a Ilha de Santa Maria ao Corvo, não constituindo uma justificação para a não execução dos investimentos, mas antes um fator objetivo que condiciona a capacidade de concretização dos projetos previstos. -----

Concluiu referindo que o Executivo Camarário continua empenhado em encontrar soluções e em maximizar a execução dos investimentos planeados, reconhecendo, contudo, que existem fatores externos que ultrapassam a esfera de intervenção direta da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Nélcio Saldanha que explanou não apreciar debates excessivamente centrados no passado, embora reconhecendo que a discussão das contas e da execução orçamental implica inevitavelmente uma análise dos resultados obtidos. Manifestou discordância relativamente à utilização do termo “péssimo” para classificar a gestão financeira em análise, considerando que tal qualificação não reflete adequadamente a realidade



demonstrada pelos documentos apresentados. -----
Defendeu que, embora uma maior taxa de execução do investimento pudesse ser desejável, a existência de disponibilidade financeira e de resultados positivos não deve ser encarada de forma negativa. Salientou que uma situação verdadeiramente preocupante seria a realização de investimentos sem capacidade financeira para suportar os respetivos encargos, conduzindo à acumulação de dívidas ou à incapacidade de pagamento das obrigações assumidas. Acrescentou que as dificuldades de execução de obras e investimentos são atualmente uma realidade amplamente reconhecida, designadamente devido à escassez de mão de obra e às condicionantes existentes no setor da construção. ----
Concluiu afirmando que, não obstante ser legítimo desejar níveis mais elevados de execução, considera que a situação financeira apresentada não pode ser classificada como negativa e muito menos como “péssima”, entendendo que uma gestão que assegura capacidade financeira para cumprir os seus compromissos merece uma apreciação mais equilibrada. -----

Colocada à votação o Ponto Seis, relativo à Aprovação de Contas Consolidadas de 2025, foi aprovada por maioria com dez abstenções do Partido Social Democrata e duas abstenções do Partido CHEGA. -----

PONTO SETE - I N.º 68/2026 - INFORMAÇÃO - RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO TRIMESTRAL DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DO CAMPO - 1.º TRIMESTRE DE 2026 - Pelo

Presidente da Assembleia Municipal foi introduzida a seguinte Informação:, apresentada pela Câmara Municipal na sequência da respetiva Reunião Ordinária que teve lugar no dia 3 de junho de 2026 e que a seguir se transcreve: -----

«Relativa ao Relatório de Monitorização Trimestral do Programa de Ajustamento do Município de Vila Franca do Campo – 1.º trimestre de 2026, na generalidade foram cumpridas as metas contratualizados e atingidos os valores de referência. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal apresentou o Relatório de Monitorização Trimestral do Programa de Ajustamento Municipal, referente ao primeiro trimestre de 2026. Referiu que este relatório é apresentado trimestralmente aos órgãos municipais, em cumprimento das obrigações decorrentes do Programa de Ajustamento Municipal. -----

Informou que, de acordo com os dados constantes do relatório, na generalidade foram cumpridas as medidas contratualizadas, tendo os respetivos valores de referência sido atingidos dentro dos parâmetros previstos e das possibilidades existentes.» -----

Concluiu a sua intervenção referindo que o relatório demonstra o cumprimento global dos objetivos definidos no âmbito do Programa de Ajustamento Municipal durante o período em análise. -----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, verificando não existirem mais intervenções sobre o Ponto Sete deu por concluída a discussão do mesmo, ficando registado que a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Antes de encerrar a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Flávio Pacheco agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça Octávio Andrade, à sua equipa, aos funcionários da Junta de Freguesia e aos funcionários da Câmara Municipal todo o apoio prestado na preparação e realização da sessão da Assembleia Municipal de 15 de junho de 2026. -----

Salientou o acolhimento proporcionado à Assembleia Municipal, manifestando o seu apreço pela forma como os trabalhos decorreram e referindo ser sempre um gosto realizar sessões na freguesia de Ponta Garça. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Graça Ventura Melo associou-se aos agradecimentos dirigidos ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça pela realização da sessão naquele espaço, enaltecendo as condições proporcionadas para a realização dos trabalhos e a forma acolhedora como todos os participantes foram recebidos.

Manifestou igualmente o seu agradecimento pela receção e pela colaboração prestada pela Junta de Freguesia, referindo tratar-se de um espaço de grande qualidade para acolher iniciativas desta natureza. -----

Aproveitou a oportunidade para destacar o empenho da Autarquia e de todas as entidades envolvidas na organização das Festas de São João da Vila, com o objetivo de proporcionar aos vila-franquenses um programa diversificado, marcado pelo convívio, pela animação e pela participação da comunidade. Neste contexto, convidou todos os presentes e a população em geral a acompanhar e participar nas diversas iniciativas integradas no programa das Festas de São João da Vila de 2026, com especial destaque para os eventos previstos para os dias 23 e 24 de junho, nomeadamente as marchas populares e as atividades a realizar na zona da Rotunda dos Frades. -----

Sublinhou que as Festas de São João da Vila constituem um momento de união e confraternização de toda a comunidade, independentemente de diferenças políticas ou de qualquer outra natureza, salientando que se trata de uma celebração de todos os vila-franquenses. -----

Concluiu desejando a todos umas boas Festas de São João da Vila de 2026, formulando votos para que as celebrações decorram com alegria, participação e espírito de convivência.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as palavras da Senhora Presidente da Câmara Municipal e aproveitou a oportunidade para reforçar o convite dirigido aos Senhores Deputados Municipais para estarem presentes na sessão solene de entrega dos



Prémios Literários Armando Cortês-Rodrigues promovidos pelo Município de Vila Franca do Campo. Destacou o mérito dos jovens participantes, referindo que foram apresentadas vinte e oito obras a concurso, circunstância que considerou digna de reconhecimento e incentivo, pelo contributo que representa para a promoção da literacia, da leitura e da escrita em língua portuguesa. -----

Alargou igualmente o convite a todos os munícipes que desejassem assistir à cerimónia, salientando que a participação da comunidade seria muito bem-vinda. -----

Concluídos os trabalhos agendados e não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, pelas 17:05, agradeceu o contributo de todos e declarou encerrada a Sessão, da qual para constar, se elaborou a presente Ata que, nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, depois de lida e aprovada na Sessão Subsequente, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo e por quem relatou a Sessão e lavrou a presente Ata. -----

---- **Declaro ainda que a presente ata contém cinquenta e quatro folhas.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

A 1.ª Secretária

Carolina Pimentel Pacheco

A 2.ª Secretária

Maria Rita Cabral Rodrigues